



**67ª Assembleia Geral Ordinária**

**Proposta da Administração**

## Sumário Executivo

1. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária para o dia 27 de março de 2020 .....	03
2. Parecer do Conselho Fiscal sobre a remuneração dos administradores.....	05
3. Proposta aos acionistas sobre a remuneração dos Administradores do Banco, dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital.....	06
4. Informação sobre a Remuneração dos Administradores .....	08
5. Proposta aos acionistas sobre a fixação dos valores a serem alocados ao FUNDECI e ao FDR.....	24
6. Parecer do Conselho Fiscal sobre distribuição de Juros sobre Capital Próprio .....	25
7. Proposta aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2018, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio .....	26
8. Informações aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2019, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Dividendos sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) .....	29
9. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho Fiscal ...	35
10. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho de Administração .....	38
11. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da companhia.....	43

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.  
CNPJ Nº 07.237.373/0001-20 NIRE: 23300006178

Companhia Aberta  
Assembleia Geral Ordinária  
Edital de Convocação

São convidados os Senhores Acionistas do Banco do Nordeste do Brasil S.A. a participarem, em primeira convocação, da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 27 de março de 2020, às 11 horas, no auditório Cláudio Ferreira Lima, no Centro de Treinamento de sua sede, na Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Passaré, CEP 60.743-902, Fortaleza-CE, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

**Assembleia Geral Ordinária:**

(1) tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente e resumo do relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social findo em 31/12/2019; (2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2019, constituição de reserva legal e estatutária e distribuição de juros sobre o capital próprio; (3) eleger membro efetivo e suplentes do Conselho Fiscal; (4) eleger membros do Conselho de Administração; (5) fixar a remuneração dos membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos e de Capital; (6) fixar valores a serem alocados ao FUNDECI e ao FDR.

**Instruções gerais:**

1. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede deste Banco do Nordeste do Brasil S.A, no Gabinete da Presidência, C1 Térreo, preferencialmente, até 24 horas antes da realização da Assembleia. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à Assembleia munidos dos documentos hábeis de identidade.
2. Os acionistas também poderão exercer o voto por meio do boletim de voto a distância, conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009 e alterações, cujas orientações de envio pelos acionistas estão expressas no documento disponibilizado no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e na página da rede mundial de computadores do Banco do Nordeste - [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br). Os boletins deverão ser enviados aos seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.

3. Os membros indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal deverão atender aos requisitos constantes na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, bem como não poderão estar enquadrados em nenhuma das vedações previstas nos mesmos dispositivos legais.

4. Os acionistas minoritários poderão encaminhar previamente à data da realização da Assembleia, à sede do Banco do Nordeste, Gabinete da Presidência, Bloco B2 subsolo, os nomes dos membros indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal, como seus representantes, juntamente com os formulários padronizados constantes no link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/publicacoes-empresas-estatais>, devidamente preenchidos e assinados, bem como a respectiva documentação comprobatória das informações, para fins de verificação do atendimento das condições e requisitos previstos na forma da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade do Banco do Nordeste do Brasil. Será rejeitado o formulário que não estiver acompanhado dos documentos comprobatórios, conforme estabelece o §2º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. O indicado também deverá apresentar declaração de que não incorre em nenhuma hipótese de vedação, nos termos do formulário padronizado, conforme dispõe o §3º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Caso não sejam submetidos antecipadamente ao Comitê de Remuneração e Elegibilidade na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, referidos formulários e documentos serão verificados pela secretaria da Assembleia no momento da eleição, nos termos do Artigo 22, § 4º, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Conforme dispõe o *caput* do art. 30 do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, os requisitos e as vedações para administradores e Conselheiros Fiscais são de aplicação imediata e devem ser observados nas nomeações e nas eleições.

5. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos acionistas na sede do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no Ambiente de Mercado de Capitais, Bloco D2 superior, onde poderão ser consultados em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

6. Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos junto ao Ambiente de Mercado de Capitais, por meio dos telefones (85) 3299-5049 ou (85) 3251-5362.

Fortaleza-CE, 12 de fevereiro de 2020.

**CLAUDIO DE OLIVEIRA TORRES**  
Presidente do Conselho de Administração

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, manifesta-se favoravelmente à conformidade dos valores referentes à remuneração dos administradores e conselheiros da instituição realizados no período de abril a dezembro de 2019 e previstos de janeiro a março de 2020, no montante total de R\$ 6.591.404,44 (seis milhões, quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos), em comparação com o limite global da remuneração aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2019, fixada em R\$ 10.941.840,34 (dez milhões, novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos) .

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020.

### **CONSELHO FISCAL**

**Frederico Schettini Batista**

Presidente

**Carlos Henrique Soares Nuto**

Conselheiro

**André de Castro Silva**

Conselheiro

Senhores Acionistas,

O inciso V do artigo 10 e o caput do artigo 19 do Estatuto Social, estabelecem que compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores do Banco, dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital.

Assim, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), propõe-se que seja fixada a remuneração global dos administradores do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), referente ao período de abril de 2020 a março de 2021, em R\$ 10.634.813,51 contemplando Diretoria Executiva e Conselho de Administração, definindo-se que para a Diretoria Executiva estão incluídos honorários mensais, gratificação de natal (13º salário), gratificação de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, plano de saúde, previdência complementar, auxílio moradia, INSS, FGTS, remuneração por impedimento (quarentena remunerada), auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA).

Em consonância com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, propõe-se, também, que seja fixado limite, para o período de abril/2020 a março/2021, para os dispêndios com a remuneração do Comitê de Auditoria, no total de R\$ 1.473.072,45, cabendo ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos seus membros, com a observância desse limite. Para o Comitê de Riscos e de Capital, previsto na Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, propõe-se a fixação do limite de R\$ 1.104.804,34.

Relativamente à remuneração dos membros do Conselho de Administração e membros efetivos do Conselho Fiscal, para o período acima, se propõe a fixação dos honorários mensais em um décimo do que, em média mensal, couber aos membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: gratificação de férias; auxílio alimentação; seguro de vida em grupo; plano de saúde; previdência complementar; auxílio moradia; remuneração por impedimento (quarentena remunerada); auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração

variável anual (RVA). Ressalva-se que a remuneração somente é devida ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que este comparece a reuniões do Conselho, em conformidade com o que determina a Lei nº 9.292/96.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 27 de Março de 2020.

DE ACORDO (Diretoria e Conselho de Administração):

Visto:

---

Eudes de Gouveia Varela  
Coordenador

**INFORMACÕES – ANEXO 24, Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009.**

**ITEM 13 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:**

**13.1.** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos<sup>25</sup>

a. objetivos da política ou prática de remuneração

*Remunerar adequadamente os administradores, de forma compatível com o seu mercado e com as disponibilidades da empresa, observando os limites fixados pelo Órgão controlador, por se tratar de empresa de economia mista com controle acionário do Governo Federal.*

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

*Existem cinco colegiados estatutários, responsáveis pela administração, fiscalização e assessoramento da empresa, remunerados na forma a seguir:*

*DIRETORIA EXECUTIVA (Presidente e Diretores):*

- Honorários – verba representativa do pró-labore;*
- Adicional de Férias – destina a atender o teor do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;*
- Gratificação de Natal - equivalente ao 13º salário;*
- Auxílio Alimentação – verba destinada a subsidiar a alimentação do trabalhador;*
- Seguro de Vida – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente na apólice de seguro de vida em grupo substabelecida pela empresa para todos os trabalhadores;*
- Assistência Médica e Previdenciária – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente em plano de assistência médica ou de previdência mantido pela empresa;*
- Auxílio Moradia – verba destinada ao ressarcimento de aluguel de imóvel residencial para os dirigentes não proprietários de imóveis no município sede da empresa.*
- Remuneração Variável Anual (RVA) – é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à diretoria estatutária.*
- INSS – contribuição patronal para a Previdência Social.*
- FGTS – contribuição patronal para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recolhida em conta vinculada em favor do dirigente.*
- Remuneração por impedimento (Quarentena) - pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, dependente de aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR;*

<sup>25</sup> As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.



- *Auxílio Transferência - corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, para os membros da Diretoria Executiva que antes de iniciarem seus mandatos residam fora da sede do Banco e para lá retornem ao final deste, conforme assegurado na Resolução 2.565, de 21/05/1973, da Diretoria do Banco.*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL:**

- *Honorários – destina-se a remunerar a participação dos conselheiros em reunião mensal desses colegiados.*

**COMITÊ DE AUDITORIA:**

- *Honorários – destina-se a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração;*

**COMITÊ DE RISCO E DE CAPITAL:**

*Honorários – destina-se a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração; e*

**COMITÊ DE REMUNERAÇÃO E ELEGIBILIDADE:**

- *Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para este Comitê.*

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

*Proporção de cada parcela na remuneração total por órgão.*

<b>Remuneração</b>	<b>Proporção (%)</b>
<b>DIRETORIA EXECUTIVA (I)</b>	<b>100,00</b>
<b>remuneração fixa</b>	<b>73,56</b>
Honorários	50,99
Gratificação Natalina	3,93
Adicional de Férias	2,02
Abono Pecuniário de Férias	0,00
Auxílio Alimentação	1,18
Seguro de Vida	0,07
Auxílio Moradia	0,57
INSS	10,91
FGTS	3,88
<b>Remuneração variável</b>	<b>20,70</b>
Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual - RVA)	20,70
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>4,37</b>
Caixa Médica e de Previdência	4,37
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>1,37</b>
Quarentena	0,00
Auxílio Transferência	1,37
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)</b>	<b>100,00</b>
<b>Honorários</b>	<b>100,00</b>
<b>CONSELHO FISCAL (III)</b>	<b>100,00</b>
<b>Honorários</b>	<b>100,00</b>

### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

*O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é definido anualmente, por proposta do Órgão controlador, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para vigor de abril do ano corrente a março do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global. Abaixo, a descrição da metodologia de cálculo e de reajuste de cada elemento da remuneração.*

- *Honorários – definida anualmente, a partir de proposta do Órgão controlador da empresa em voto do seu representante na Assembleia Geral.*
- *Adicional de Férias – acréscimo de um terço ao valor dos honorários devidos quando das férias remuneradas dos diretores.*
- *Auxílio Alimentação – valor fixado pelo Órgão controlador, anualmente.*
- *Seguro de Vida – 50% (cinquenta por cento) do prêmio total, calculado atuarialmente.*
- *Assistência Médica e Previdenciária – no caso da assistência médica, à base de 2,5% (dois e meio por cento) do valor dos honorários, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da contribuição devida. Para a previdência, podem ser ressarcidos 50% (cinquenta por cento) da contribuição vertida pelo dirigente ao plano a que esteja associado, fora da empresa, ou ao plano de previdência patrocinado pelo Banco aprovado em 26/03/2010 pela PREVIC.*
- *Auxílio Moradia – valor do aluguel, limitado a R\$ 1.800,00 mensais*
- *Remuneração Variável Anual (RVA) – O valor é definido pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, a cada ano. A distribuição obedece ao alcance de metas corporativas (definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício), individuais e por diretoria específica, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador. Os indicadores e as metas para 2019, que balizam a distribuição, estão registrados no Item 13.1 “c”*
- *INSS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), com base na aplicação de percentuais definidos na Lei 8.212.*
- *FGTS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), à base de 8%, conforme art. 16 da Lei 8.036, de 11/05/1990.*
- *Remuneração por impedimento (quarentena) – pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, por até 6 meses, conforme Lei 12.813, de 16/05/2013.*
- *Auxílio Transferência – corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, igual a duas vezes o valor dos Honorários.*

razões que justificam a composição da remuneração

*A remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal tem sua composição definida pelo órgão controlador que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital é definida no Estatuto Social da empresa e no regimento interno desse comitê. Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para o Comitê de Remuneração e Elegibilidade.*

### iv. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

*A remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital é de responsabilidade do emissor, definida no Estatuto Social da empresa. Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para o Comitê de Remuneração e Elegibilidade, por se tratar de prática do mercado.*

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há programa de remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial. O Comitê de Remuneração e Elegibilidade não tem previsão estatutária de qualquer tipo de retribuição. A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual- RVA, a depender do alcance de metas por indicadores. O programa de 2019, para distribuição em 2020, prevê 3 níveis de avaliação, a saber:

**AVALIAÇÃO INDIVIDUAL (Peso 0,10):**

Presidente: avaliado pelo Conselho de Administração; e  
Demais Diretores: avaliados pelo Presidente.

**AVALIAÇÃO DAS DIRETORIAS ESPECÍFICAS**

<b>DIRETORIA ESPECÍFICA</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>PESO</b>
Presidência	Condução Institucional (CI)	%	100	0,10
Diretoria de Administração	Índice de Conclusão do Processamento Noturno - ICPN	%	91	0,10
Diretoria de Planejamento	Municípios da área de atuação do Banco atendidos com pelo menos 2 aplicações FNE-Empresarial (FNE-Munic)	%	85	0,10
Diretoria de Ativos de Terceiros	Fundos de Investimentos (FI)	R\$ milhões	5.500.000	0,10
Diretoria de Controle e Risco	Índice de Conformidade - IC - BNB	%	96	0,10
Diretoria Financeira e de Crédito	Regularização de Dívidas (RD)	R\$ milhões	3.900	0,10
Diretoria de Negócios	Contratação de FNE – Agricultura Familiar, MPE, MPPR e Pequeno-Médio (FNE-AgF/MPMe)	R\$ milhões	8.490.306	0,10

**AVALIAÇÃO CORPORATIVA**

<b>INDICADORES</b>	<b>MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>PESO</b>
Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (IRPL)	%	32,06	0,14
Índice de Eficiência (IEf)	%	79,58	0,14
Qualidade do Crédito (QC)	%	83,25	0,14
Contratação do FNE (FNE)	%	86,25	0,14
Aplicações do CrediAmigo (CRMG)	%	102,92	0,14
Avaliação CGPAR (AC)	Nota	8,65	0,05
Índice de Conformidade SEST (IC)	Pontos	480	0,05

Os indicadores de desempenho acima receberão, cada um, uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação será atribuída em conformidade com a tabela abaixo. Será atribuída uma pontuação a cada indicador, correspondente ao percentual de alcance da meta, aplicado a partir de 80% até o máximo de 100%, mesmo que ultrapassado esse limite. Abaixo de 80% de alcance da meta não haverá pontuação.

**CÁLCULO DO VALOR INDIVIDUAL DA RVA**

O valor individual da RVA será dado pela seguinte formulação:

<p><b>Total <math>\sum (F_{pi} \times P_i) \times H</math>, em que:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- "i" denota o indicador respectivo;</li> <li>- "Pi" corresponde ao peso atribuído ao indicador; e</li> <li>- "Fpi" é o Fator de Pagamento associado ao percentual de cumprimento das metas de cada indicador conforme Tabela I deste Anexo</li> <li>- "H" corresponde ao número de honorários aprovados pela SEST para o ano base</li> </ul>
--

Complementarmente ao Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), acima descrito, será permitido pagamento de parcela adicional pela extrapolação média das metas, correspondente a até 50% do limite máximo da RVA, desde que alcançada, pelo menos, 95% das metas de todos os indicadores e medido na forma das tabelas abaixo:

<b>Tabela I - Gradação de Pagamento – demais indicadores</b>	
<b>Cumprimento de cada meta</b>	<b>Fator de Pagamento (Fpi)</b>
>120%	150%
≤120% e >110%	120%
≤110% e >105%	110%
≤105% e >104%	105%
≤104% e >103%	104%
≤103% e >102%	103%
≤102% e >101%	102%
≤101% e >100%	101%
100%	100%
<100% e ≥ 99%	99%
<99% e ≥ 98%	98%
<98% e ≥ 97%	97%
<97% e ≥ 96%	96%
<96% e ≥ 95%	95%
<95% e ≥ 90%	75%
<90% e ≥ 80%	50%
<80%	-

<b>Tabela II - Gradação do Indicador de Conformidade SEST</b>	
<b>Cumprimento de cada meta</b>	<b>Fator de Pagamento (Fpi)</b>
>116%	150%
≥114% e <116%	130%
≥112% e <114%	120%
≥108% e <112%	115%
≥104% e <108%	110%
≥100% e <104%	100%
≥99% e < 100%	99%
≥98% e ≥ 99%	98%
≥97% e ≥ 98%	97%
≥96% e ≥ 97%	96%
≥95% e ≥ 96%	95%
≥90% e ≥ 95%	85%
≥80% e ≥ 90%	75%
≥70% e 80%	50%
<70%	0%

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

*A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual (RVA), a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item 13.1.c acima.*

*Não há programa de remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial. O Comitê de Remuneração e Elegibilidade não tem previsão estatutária de qualquer tipo de retribuição.*

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

*A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual (RVA), a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item 13.1.c acima.*

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para a vinculação da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital a objetivos de curto, médio ou longo prazo.*

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

*Não existe qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital*

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

*Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital*

**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>26</sup>:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
  - i. remuneração fixa anual, segregada em:
    - salário ou pró-labore
    - benefícios diretos e indiretos
    - remuneração por participação em comitês
    - outros
  - ii. remuneração variável, segregada em:
    - bônus
    - participação nos resultados
    - remuneração por participação em reuniões e comissões
    - outros
  - iii. benefícios pós-emprego
  - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

---

<sup>26</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- v. remuneração baseada em ações<sup>27</sup>
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária<sup>28</sup> e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal<sup>29</sup>

*Quadro da Remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, período de 2017 a 2020.*

Remuneração	2017	2018	2019	2020 (*)
<b>DIRETORIA (I)</b>	<b>6.232.878,87</b>	<b>7.056.774,43</b>	<b>6.037.095,66</b>	<b>10.138.966,80</b>
<b>i. remuneração fixa</b>	<b>4.236.283,53</b>	<b>5.295.046,96</b>	<b>4.456.311,96</b>	<b>5.324.821,42</b>
<i>Honorários</i>	3.230.109,02	3.491.818,54	3.049.072,25	3.507.315,36
<i>Gratificação Natalina</i>	-	588.724,33	235.120,73	292.276,28
<i>Adicional de Férias</i>	88.286,01	72.883,94	178.364,35	97.425,43
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	-	0	-	-
<i>Auxílio Alimentação</i>	78.401,14	73.152,65	70.481,61	80.999,52
<i>Seguro de Vida</i>	4.227,25	5.339,50	4.417,68	7.014,63
<i>Auxílio Moradia</i>	50.400,00	43.200,00	34.213,09	151.200,00
<i>INSS</i>	592.029,85	755.912,07	652.605,09	876.828,84
<i>FGTS</i>	192.830,26	264.015,93	232.037,16	311.761,37
<b>ii. remuneração variável</b>	<b>1.009.073,62</b>	<b>1.314.867,86</b>	<b>1.237.711,34</b>	<b>2.569.067,49</b>
<i>Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual - RVA)</i>	1.009.073,62	1.314.867,86	1.237.711,34	2.569.067,49
<b>iii. benefícios pós-emprego</b>	<b>225.738,20</b>	<b>286.255,12</b>	<b>261.163,98</b>	<b>550.940,79</b>
<i>Caixa Médica e de Previdência</i>	225.738,20	286.255,12	261.163,98	550.940,79
<b>iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>761.783,52</b>	<b>160.604,49</b>	<b>81.908,38</b>	<b>1.694.137,10</b>

<sup>27</sup> Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

<sup>28</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<sup>29</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<i>Quarentena</i>	597.966,76	160.604,49	0,00	1.016.482,26
<i>Auxílio Transferência</i>	163.816,76	0	81.908,38	677.654,84
<b>Número de Membros</b>	7	7	7	7
<b>Número de Membros remunerados</b>	6,82	6,67	6,25	7
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)</b>	<b>328.800,28</b>	<b>375.981,56</b>	<b>321.649,41</b>	<b>495.846,71</b>
<b>i. remuneração fixa</b>	<b>328.800,28</b>	<b>375.981,56</b>	<b>321.649,41</b>	<b>495.846,71</b>
<i>Honorários</i>	328.800,28	375.981,56	321.649,41	495.846,71
<b>Número de Membros</b>	6	6	7	7
<b>Número de Membros remunerados</b>	6,25	6,08	5,33	7
<b>CONSELHO FISCAL (III)</b>	<b>277.043,35</b>	<b>323.107,44</b>	<b>295.824,96</b>	<b>332.464,27</b>
<b>i. remuneração fixa</b>	<b>277.043,35</b>	<b>323.107,44</b>	<b>295.824,96</b>	<b>332.464,27</b>
<i>Honorários</i>	277.043,35	323.107,44	295.824,96	332.464,27
<b>Número de Membros</b>	5	5	5	5
<b>Número de Membros remunerados</b>	5,08	5,42	5,17	5
<b>TOTAL GERAL (I + II + III)</b>	<b>6.838.722,50</b>	<b>7.755.863,43</b>	<b>6.654.570,03</b>	<b>10.967.277,77</b>

*OBS: 1. Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2017 a 2019 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, incluindo membros substituídos durante o exercício.*

*2. Os valores de 2020 se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores que contempla a previsão orçamentária para a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, para o período de abril a março do ano seguinte, a ser submetido à 67ª AGO, em março/2019. A remuneração do Conselho Fiscal, incluída acima apenas para acompanhamento, não integra o montante informado naquele documento.*

*3. A quantidade de membros informada é a definida no estatuto para cada colegiado.;*

*4. A quantidade de membros remunerada foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.*

*5. A remuneração durante o período de impedimento (quarentena) de que trata o item 13.12 é paga apenas em caso de término do mandato de diretor e o auxílio transferência é pago apenas no de início ou fim de mandato de diretor, caso resida fora da sede do Banco.*

*6 A rubrica Abono Pecuniário de Férias, por orientação do Órgão Controlador, foi excluída da Remuneração dos diretores, a partir de abril/2016.*

*7 A rubrica Gratificação Natalina deixou de ser paga no ano de 2017, em decorrência do Acórdão TCU-2600/2016-Plenário, de 11/10/2016, porém seu pagamento foi retomado em 2018 em decorrência do proferimento, por parte do TCU, do Acórdão 374/2018, de 28.02.2018. No ano de 2018 foi também paga a parcela devida relativa ao exercício de 2017.*

**13.3.** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>30</sup>:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e) em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

*A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembléia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à Diretoria Executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, conforme explicado no item 13.1."c". Não há previsão de bônus para administradores. O valor distribuído é reconhecido no resultado da própria empresa.*

<i>Remuneração</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	1.009.073,62	1.314.867,86	1.237.711,34
<b>Bônus</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Participação nos Lucros ou Resultados (RVA)</b>	<b>1.009.073,62</b>	<b>1.314.867,86</b>	<b>1.237.711,34</b>
- Valor máximo previsto	1.009.073,62	1.314.867,86	1.237.711,34
- Valor mínimo previsto			
- Valor vinculado a metas	1.009.073,62	1.314.867,86	1.237.711,34
- Valor reconhecido no resultado	1.009.073,62	1.314.867,86	1.237.711,34
<b>Número de Membros</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

<sup>30</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.



<b>Número de Membros Remunerados</b>	20	12	9
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	0	0	0
<b>Bônus</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Participação nos Lucros ou Resultados</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Número de Membros</b>	6	6	6
<b>Número de Membros Remunerados</b>	0	0	0
<b>CONSELHO FISCAL</b>	0	0	0
<b>Bônus</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Participação nos Lucros ou Resultados</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Número de Membros</b>	5	5	5
<b>Número de Membros Remunerados</b>	0	0	0

*Obs.: Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2017 a 2019 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, incluindo membros substituídos durante o exercício.*

**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo de exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

*A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à Diretoria Executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador, conforme descrito no item 13."c"1, sendo 50% dessa remuneração atrelada a instrumento baseado em ações.*

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração variável do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.*

**13.5.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>31</sup>:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações
  - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
    - em aberto no início do exercício social
    - perdidas durante o exercício social
    - exercidas durante o exercício social
    - expiradas durante o exercício social
- e) valor justo das opções na data de outorga
- f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

*A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações.*

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.*

---

<sup>31</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

**13.6.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>32</sup>:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

*A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações.*

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.*

**13.7.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e) em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.*

---

<sup>32</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

**13.8** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

*A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações. Em 2019 a parcela a pagar da RVA, atrelada a instrumento baseado em ações, foi convertida em quantidade de ações pelo valor patrimonial da ação do Banco no último dia do exercício a que se referia a RVA e revertida para reais no último dia útil do mês antecedente à AGO.*

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

d) forma de determinação da volatilidade esperada

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

**13.9** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão<sup>33</sup>

**POSIÇÃO ACIONÁRIA DE CONSELHEIROS E DIRETORES – na forma da Instrução CVM 358, em 31/12/2010.**

<i>Órgão</i>	<i>Qtd. Ações ordinárias</i>	<i>Qtd. Ações Preferenciais</i>
<i>Conselho de Administração</i>	<i>06</i>	<i>0</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>3.900</i>	<i>0</i>
<i>Diretoria Executiva</i>	<i>10</i>	<i>0</i>

<sup>33</sup> Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

As ações detidas pelos conselheiros e Diretoria Executiva, demonstradas no quadro acima, não se originam de qualquer programa de remuneração baseada em ações.

**13.10** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) nome do plano
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f) condições para se aposentar antecipadamente
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

*A empresa patrocina, desde 26/03/2010, plano de previdência ao qual os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva podem se associar.*

*O plano de previdência é em regime de contribuição variável e incorpora todos os institutos previstos na legislação previdenciária, inclusive a opção pelo resgate de contribuições, ao fim do mandato.*

	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho de Administração</b>
Número de membros	<b>7</b>	<b>6</b>
Número de Membros Remunerados	<b>7</b>	<b>0</b>
Nome do Plano	Plano CV I – Plano de Contribuições Variáveis, administrado pela CAPEF	-
Membros aptos a se aposentar	<b>1</b>	<b>0</b>
Condições para aposentadoria antecipada	Cumprir carência de 60 contribuições, cfe. alínea I, do art.3º da Lei Complementar 108, de 29/05/2001.	-
Valor acumulado de contribuições até o exercício	<b>2.043.015,63</b>	<b>0</b>
Valor contribuições 2019, descontada a contribuição paga pelos administradores	<b>203.303,93</b>	<b>0</b>

Obs.: No Número de Membros Remunerados acima foram indicados os optantes pelo plano de previdência oferecido a todos os membros dos colegiados estatutários.

**13.11** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal<sup>34</sup>:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) valor da maior remuneração individual
- e) valor da menor remuneração individual
- f) valor médio de remuneração individual

*Na tabela abaixo foram demonstrados os valores anuais para os itens pedidos. Os conselhos não têm diferença de remuneração entre seus membros.*

<sup>34</sup> Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

<b>Remuneração</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>DIRETORIA EXECUTIVA (I)</b>				
- maior remuneração individual	928.879,42	843.352,57	1.149.235,58	1.107.062,84
- menor remuneração individual	763.021,45	428.190,44	910.014,59	734.481,75
- remuneração média individual anual	906.768,12	826.239,35	1.065.171,50	927.343,84
<b>Número de Membros</b>	7	7	7	7
<b>Número de Membros Remunerados</b>	7,33	6,92	6,67	6,25
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)</b>				
- maior remuneração individual	69.911,90	50.452,50	74.649,19	70.835,04
- menor remuneração individual	53.572,74	50.452,50	58.107,18	54.279,84
- remuneração média individual	53.433,36	52.608,04	56.045,14	60.346,98
<b>Número de Membros</b>	6	6	6	6
<b>Número de Membros Remunerados</b>	6,08	6,25	6,08	5,33
<b>CONSELHO FISCAL (III)</b>				
- maior remuneração individual	65.626,12	61.804,30	71.181,23	66.492,72
- menor remuneração individual	53.572,44	50.452,50	57.144,55	54.279,84
- remuneração média individual	57.291,50	54.536,09	59.613,92	57.219,53
<b>Número de Membros</b>	5	5	5	5
<b>Número de Membros Remunerados</b>	5,25	5,08	5,42	5,17

Observações: 1. O valor da menor remuneração exclui os membros que exerceram o mandato por menos de 12 meses.  
2. O valor da maior remuneração considera todos os membros que exerceram o mandato no período.  
3. A quantidade de membros remunerados foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

**13.12** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

*O estatuto da empresa assegura ao ex-diretor a percepção dos honorários do cargo que exercia na empresa, por seis meses, condicionado a não assumir qualquer cargo em empresas do mesmo ramo, concorrentes ou não, ou outras com a qual a empresa*

*mantenha relações de negócios, observada a aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR. As despesas são de responsabilidade da empresa, reconhecidas no seu resultado.*

**13.13** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

*Todas as despesas referidas no quadro do item 13.2 foram reconhecidas no resultado da empresa. No quadro abaixo segue a demonstração dos percentuais de remuneração dos representantes dos controladores em relação à remuneração total, por Órgão.*

<b>ÓRGÃO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	-	-	-
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	51%	46%	46%
CONSELHO FISCAL (III)	64%	56%	55%

*Observação: Não há membros da Diretoria Executiva que sejam partes relacionadas ao controlador.*

**13.14** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

*Nenhuma remuneração foi paga a qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função exercida nesses órgãos, a qualquer título.*

**13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

*Todas as despesas dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal foram reconhecidas no resultado da própria empresa, nada sendo repassado para reconhecimento no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.*

**13.16** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

*Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.*



**FIXAÇÃO DOS VALORES A SEREM ALOCADOS  
AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E  
DE INOVAÇÃO - FUNDECI E AO FUNDO DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - FDR**

Srs. Acionistas,

Consta da programação anual do Banco ação de apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) operacionalizados por meio dos recursos Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI), principal instrumento da política de PD&I do Banco do Nordeste, e do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com vistas a contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, qualificação técnica de profissionais da região e principalmente para o fomento à inovação, fortalecendo a base tecnológica da Região, visando identificar soluções de entraves dos setores produtivos, aumentando sua competitividade e, assim, reduzindo o risco financeiro das atividades financiadas pelo Banco.

Para o exercício de 2020, é proposta a alocação de novos recursos no valor de R\$ 10,0 milhões integralmente para o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI) que somados ao saldo remanescente de exercícios anteriores de R\$ 4,0 milhões do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), resultada num orçamento global de R\$ 14,0 milhões para aplicação no corrente exercício.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 27 de março de 2020

DE ACORDO

(Diretoria e Conselho de Administração):



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE**  
**DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente à distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referentes ao exercício de 2019, no valor de R\$ 420.012.598,28, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO PARA PAGAMENTO DE DIVIDENDOS SOB A FORMA DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS**

**Em Reais**

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2019</b>
1. Lucro Líquido do Exercício	1.736.684.877,17
2. Reserva Legal Constituída	(86.834.243,86)
3. Ajustes Devedores LPA	(18.839.411,41)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	(3.908.381,01)
5. Ajustes Credores LPA	48.778.275,56
6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	1.675.881.116,45
7. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício (R\$ 4,8628630201 por ação)	420.012.598,28
8. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício (R\$ R\$ 4,8507951551 por ação)	418.970.279,11
9. Dividendos sob a forma de JCP propostos no Exercício (R\$ 3,8877963266 por ação)	335.794.660,46
10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre	(516.981,80)
11. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre	(525.337,37)
12. JCP líquido imputados aos dividendos (item 9 - item 10 - item 11) R\$ 3,8757284616 por ação	334.752.341,29
13. JCP antecipado corrigido pela Selic	(169.780.017,03)
14. Valor Complementar do JCP líquido de Imposto de Renda (item 9 - item 11 - item 13) R\$ 1,9160183051 por ação	165.489.306,06
15. Dividendos propostos no Exercício (R\$ 0,9750666936 por ação)	84.217.937,82
16. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic	(17.814.896,89)
17. Valor complementar de Dividendos (item 15 - item 16) R\$ 0,7688076346 por ação	66.403.040,93
18. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 6) R\$ 4,8507951551 por ação – em %	25,00
19. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/item 6) R\$ 4,8628630201 por ação – em %	25,06

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020.

**CONSELHO FISCAL**

**Frederico Schettini Batista**  
Presidente

**Carlos Henrique Soares Nuto**  
Conselheiro

**André de Castro Silva**  
Conselheiro

**PROPOSTA AOS ACIONISTAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E PAGAMENTO  
SOB A FORMA DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO  
IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS DO EXERCÍCIO DE 2019, CONSTITUIÇÃO DE  
RESERVA LEGAL E RESERVA ESTATUTÁRIA**

Senhores Acionistas,

De acordo com o artigo 45, do Estatuto Social do Banco, cabe ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral a destinação do resultado do exercício social.

Segundo preceitua a Lei Nº. 6.404/76, as sociedades por ações, de capital aberto devem distribuir em cada exercício um dividendo mínimo e obrigatório equivalente a **25%** da base de cálculo ali definida, apurada a partir do ajustamento do lucro líquido contábil.

Considerando os dispositivos citados, do lucro líquido apurado em 2019, está sendo proposta a distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos dividendos do exercício, no montante bruto de R\$ 420.012.598,28 (líquido de IR: R\$ 418.970.279,11), que corresponde a 25,06% (líquido de 25,00%) da Base de Cálculo dos Dividendos representa uma distribuição de R\$ 4,8628630201 (líquida de R\$ 4,8507951551) por cada ação ordinária componente do capital social, conforme demonstrativo a seguir:

**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO PARA PAGAMENTO DE DIVIDENDOS SOB A  
FORMA DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP)  
IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS**

	<b>Em Reais</b>
<b>Especificação</b>	<b>31.12.2019</b>
<b>1. Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.736.684.877,17</b>
<b>2. Reserva Legal Constituída</b>	<b>(86.834.243,86)</b>
<b>3. Ajustes Devedores LPA</b>	<b>(18.839.411,41)</b>
<b>4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA</b>	<b>(3.908.381,01)</b>
<b>5. Ajustes Credores LPA</b>	<b>48.778.275,56</b>
<b>6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>1.675.881.116,45</b>
<b>7. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício (R\$ 4,8628630201 por ação)</b>	<b>420.012.598,28</b>
<b>8. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício (R\$ R\$ 4,8507951551 por ação)</b>	<b>418.970.279,11</b>
<b>9. Dividendos sob a forma de JCP propostos no Exercício (R\$ 3,8877963266 por ação)</b>	<b>335.794.660,46</b>
<b>10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre</b>	<b>(516.981,80)</b>
<b>11. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre</b>	<b>(525.337,37)</b>
<b>12. JCP líquidos imputados aos dividendos (item 9 - item 10 -item 11) R\$ 3,8757284616 por ação</b>	<b>334.752.341,29</b>

<b>13. JCP antecipado corrigido pela Selic</b>	<b>(169.780.017,03)</b>
<b>14. Valor Complementar líquido de Imposto de Renda do JCP (item 9 - item 11 - item 13) R\$ 1,9160183051 por ação</b>	<b>165.489.306,06</b>
<b>15. Dividendos propostos no Exercício (R\$ 0,9750666936 por ação)</b>	<b>84.217.937,82</b>
<b>16. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic</b>	<b>(17.814.896,89)</b>
<b>17. Valor complementar de Dividendos (item 15 - item 16) R\$ 0,7688076346 por ação</b>	<b>66.403.040,93</b>
<b>18. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 6) R\$ 4,8507951551 por ação – em %</b>	<b>25,00</b>
<b>18. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/item 6) R\$ 4,8628630201 por ação – em %</b>	<b>25,06</b>

Assim, a proposta prevê a distribuição, no exercício, de Dividendos para pagamento sob a forma de Dividendos e de JCP totalizando um valor bruto de **R\$ 420.012.598,28** (líquido de IR: **R\$ 418.970.279,11**), que corresponde a 25,06 (líquido de 25,00%) sobre o lucro líquido ajustado, sendo **R\$ 84.217.937,82** sob a forma de Dividendos e **R\$ 335.794.660,46** sob a forma de JCP, cujo valor líquido de IR no importe de **334.752.341,29**, imputado aos Dividendos do Exercício. Registre-se que o valor dos JCP está dentro do limite de dedutibilidade permitido pela legislação fiscal.

Levando-se em conta o pagamento antecipado sob a forma de Dividendos e de JCP no primeiro semestre, atualizado monetariamente, de **R\$ 187.594.913,92** (R\$169.780.017,03 + R\$ 17.814.896,89), o valor complementar a ser pago aos acionistas titulares das ações ordinárias componentes do Capital Social do Banco, importa em **R\$ 232.417.684,36** (líquido de IR: **R\$ 231.892.346,99**), sendo **R\$ 66.403.040,93** sob a forma de Dividendos e **R\$ 166.014.643,43** (líquido de IR: **R\$ 165.489.306,06**) sob a forma de JCP.

Propõe-se, ainda, de acordo com o inciso I, do art. 45, do Estatuto Social, a constituição de Reserva Legal no importe de **R\$ 86.834.243,86**, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições do artigo 193, da Lei 6.404/76. 07. Da mesma forma, em obediência ao artigo 47, do Estatuto Social, tendo em vista que após a distribuição do resultado do exercício remanesceu **R\$ 1.256.288.838,09**, propõe-se a constituição de Reservas Estatutárias, sendo **R\$ 193.800.000,00** para Reserva para Equalização de Dividendos Complementares e **R\$ 1.062.488.838,09** para Reserva para Margem Operacional, com as finalidades estabelecidas no Estatuto Social.

Diante do exposto, a Administração do Banco do Nordeste, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias e, ouvido o Conselho Fiscal, propõe o pagamento de Dividendos sob a forma Dividendos e de JCP do exercício, constituição de Reserva Legal e de Reservas Estatutárias conforme exposto nesta proposição.

Ressalte-se que, no período compreendido entre a data do encerramento do balanço e a data do efetivo pagamento, os Dividendos e JCP complementares do exercício serão atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC, consoante o parágrafo 10º do artigo 45, do Estatuto Social do Banco.

Sobre o valor dos Dividendos pagos sob a forma de JCP incide imposto de renda na fonte para os acionistas não imunes ou isentos, à alíquota de 15%. De acordo com o item V da Deliberação CVM Nº. 207/96, os JCP poderão ser imputados ao dividendo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, a fim de evitar qualquer perda financeira aos referidos acionistas em virtude da mudança na sistemática de sua remuneração.

Os Dividendos e JCP complementares serão pagos em até 18 dias úteis após a deliberação da Assembleia, da seguinte forma: por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no Banco do Nordeste; por caixa; e sobre as ações custodiadas na B3 S/A, serão pagos à B3 S/A, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que as ações negociadas até 27.03.2020 farão jus aos Dividendos e JCP complementares declarados; e a partir de 30.03.2020, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 27 de março de 2020.

De Acordo

AÍLA Maria Ribeiro de Almeida Medeiros  
Superintendente de Controle Financeiro

De Acordo  
(Diretoria e Conselho de Administração)

**INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2019, CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS LEGAL E ESTATUTÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS SOB A FORMA DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP), NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17.12.2009**

1. Informar o lucro líquido do exercício  
- O Lucro líquido do Exercício de 2019 foi de R\$ 1.736.684.877,17
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	Montante em R\$	Valor por Ação em R\$
Dividendos	84.217.937,82	0,975066694
Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	335.794.660,46	3,887796327
<b>Total</b>	<b>420.012.598,28</b>	<b>4,86286302</b>

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Descrição	Valor - R\$	% s/Base dos Dividendos e JCP
Lucro Líquido do Exercício	1.736.684.877,17	
(-) Reserva Legal	86.834.243,86	
(-) Ajustes Devedores em LPA	18.839.411,41	
(-) Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	3.908.381,01	
(+) Ajustes Credores em LPA	48.778.275,56	
(=) Base de Cálculos dos Dividendos e JCP	1.675.881.116,45	
<b>Valor bruto dos Dividendos e JCP pagos e a pagar</b>	<b>420.012.598,28</b>	<b>25,062195293</b>
Valor dos Dividendos	84.217.937,82	
Valor bruto de JCP	335.794.660,46	
(-) Imposto de Renda na fonte sobre JCP	1.042.319,17	
<b>Valor líquido (Dividendos + JCP líquido imputados ao Dividendo)</b>	<b>418.970.279,11</b>	<b>25,00</b>

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

- No exercício, não há distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Descrição (*)	Montante em R\$	Valor por Ação -R\$
JCP complementares do exercício	166.014.643,43	1,922100608
Dividendos complementares do exercício	66.403.040,93	0,768807635
Total	232.417.684,36	2,690908242

(\*) O Capital Social do Banco é representado, na sua totalidade, por ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio  
- Os Dividendos e JCP complementares serão pagos em até 18 dias úteis após a aprovação na AGO convocada para 27.03.2020, da seguinte forma:

i) por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no BNB;  
ii) por caixa; e  
iii) sobre as ações custodiadas na B3 S/A, serão pagos à B3 S/A, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

- Os Dividendos Complementares sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio(JCP) serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da variação da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

- 27 de março de 2020

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que:

. as ações negociadas até 27.03.2020 farão jus aos Dividendos e JCP complementares declarados; e

. a partir de 30.03.2020, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados "ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio".

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados  
**Dividendo do 1º semestre/2019, sendo R\$ 17.506.612,84 sob a forma de Dividendos e R\$ 166.842.000,00 sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) totalizando: R\$184.348.612,84, atualizado monetariamente pela variação da Taxa SELIC, desde a data do pagamento até 31.12.2019, consoante Decreto nº2.673, de 16 de julho de 1998, resultando R\$187.594.913,92.**

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

- 28 de agosto de 2019

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Especificação	31.12.2019	31.12.2018(*)	31.12.2017(*)	31.12.2016
<b>Montante do Lucro Líquido</b>	<b>1.736.684.877,17</b>	<b>737.017.528,16</b>	<b>716.385.241,55</b>	<b>732.070.489,94</b>
<b>Lucro Líquido por ação</b>	<b>20,11</b>	<b>8,53</b>	<b>8,29</b>	<b>8,48</b>

(\*)Valores reapresentados

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$

Especificação	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
<b>Montante de Dividendos</b>	-	-	-
<b>Dividendos por ação ordinária</b>	-	-	-
<b>Montante de JCP</b>	<b>186.128.751,54</b>	<b>165.014.188,38</b>	<b>175.047.663,38</b>
<b>JCP por ação ordinária</b>	<b>2,1549797</b>	<b>1,910517441</b>	<b>2,02668399</b>

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

- **O montante destinado à Reserva Legal foi de R\$ 86.834.243,86**

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

- **A constituição da reserva legal está prevista no Estatuto Social do Banco, em conformidade com o que determina o Artigo 193, da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido até que alcance 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da Reserva Legal era de R\$394.525.334,08, o que equivalia a, aproximadamente, 10,3% do capital integralizado do Banco na mesma data.**

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

- **O Banco não possui ações preferenciais**

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

- **O Banco não possui ações preferenciais**

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

- **O Banco não possui ações preferenciais**

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

- **O Banco não possui ações preferenciais**

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

- **O Banco não possui ações preferenciais**

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

- **25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da Lei, para o pagamento de dividendos.**

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

- **O Banco está pagando integralmente o dividendo mínimo obrigatório, sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP).**

c. Informar o montante eventualmente retido

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

c. Justificar a retenção dos dividendos

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**

d. Justificar a constituição da reserva

- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.**



- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva  
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva  
 - **Em consonância com a legislação, o Artigo 47 do Estatuto Social estabelece a seguinte destinação do saldo do lucro líquido, após as distribuições estatutárias:**  
 - **reserva para equalização de Dividendos Complementares, com a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos, cujo valor corresponderá à aplicação do percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro remanescente, limitado a 20% do capital social; e**  
 - **reserva para margem operacional, com a finalidade de assegurar margem operacional compatível com o desenvolvimento com as operações do Banco, no percentual de até 100% (cem por cento) do lucro remanescente, até o limite de 80% do capital social;**

- b. Identificar o montante destinado à reserva  
 - No exercício de 2019, foi destinado o montante de **R\$1.256.288.838,09** para Reservas Estatutárias, sendo **R\$ 193.800.000,00** para Reserva para Equalização de Dividendos Complementares e **R\$1.062.488.838,09** para Reserva para Margem Operacional.

- c. Descrever como o montante foi calculado  
 - **Corresponde ao remanescente do seguinte cálculo: valor do Lucro Líquido do exercício, acrescido de Ajuste Credores em LPA e diminuído da Reserva Legal, da Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA), de Ajustes Devedores em LPA e da destinação para pagamento de Dividendos sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do exercício.**

- d. Demonstrar a compatibilidade com Programa de Dispêndios Globais - PDG (no caso de Instituições financeiras - Expansão de Operações de Crédito)  
 - **As reservas estatutárias aqui propostas estão compatíveis com a programação orçamentária de expansão das operações de crédito, conforme se verifica no quadro a seguir, extraído do Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2020:**

<b>RUBRICA PDG</b>	<b>APLICAÇÕES</b>	<b>PROGRAMAÇÃO PDG 2020 APROVADA DEC. 10.168 DE 10/12/2019</b>
2104000000	(+) CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.508.083.900,00
1100070000	(-) AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS	(8.928.800,00)
	<b>TOTAL</b>	<b>11.499.155.100,00</b>

**-Esclarece-se que para o cumprimento das exigências de capital estabelecidas na Resolução CMN 4.193/13, a constituição das reservas é necessária para o reforço do Patrimônio de Referência (PR) do Banco, o qual suporta a expansão da ação creditícia da instituição e o cumprimento de sua missão.**

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção  
- **Não há proposta de retenção de lucros.**

b. Fornecer cópia do orçamento de capital  
- **Não há proposta de retenção de lucros.**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva  
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.**

b. Explicar a natureza da destinação  
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.**

Fortaleza, 27 de março de 2020

De Acordo

AÍLA Maria Ribeiro de Almeida Medeiros  
Superintendente de Controle Financeiro

De Acordo  
(Diretoria e Conselho de Administração)

A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho Fiscal, efetivo e suplentes, com mandato até a Assembleia Ordinária de 2021.

**CONSELHO FISCAL**

<b>NOME - Titulares</b>	<b>NOME - Suplentes</b>	<b>Órgão representação</b>
FREDERICO SCHETTINI BATISTA	HERICK MARQUES CAMINHA JÚNIOR	Tesouro Nacional
	Gustavo Sampaio Arrochela Lobo	Ministério da Economia

---

**FREDERICO SCHETTINI BATISTA**

**Nascimento:** 22/12/1973

**Profissão:** Analista de Finanças e Controle

**CPF:** 645.507.451-34

**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro Titular do Conselho Fiscal do BNB

**Data da eleição:** 27/03/2020

**Data da posse:** 27/03/2020

**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador

**Experiência Profissional**

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desde 1991;
- Presidente do Conselho Fiscal da APO - Autoridade Pública Olímpica (2012 até a presente data);
- AFC - Gerente DAS.102.1 - Secretaria do Tesouro Nacional (2003 até a presente data);
- Auxiliar de Operações - Banco do Brasil (2002 - 2003);
- Coordenador de Processo – Administrador – INFRAERO (1997 - 2002).

- **Condenações:** Não Possui

**Relações Familiares**

a. administradores do emissor: não há.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

---

**HERICK MARQUES CAMINHA JUNIOR**

**Nascimento:** 02/03/1951

**Profissão:** Servidor Público Federal – Tesouro Nacional

**CPF:** 299.940.987-72

**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro Suplente do Conselho Fiscal do BNB.

**Data da eleição:** 27/03/2020

**Data da posse:** 27/03/2020

**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador

**Currículo:**

**Atividade Atual**

- Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda de abril de 2007 a abril de 2009.

**Experiência Profissional**

- Chefe do Núcleo da Secretaria da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Chefe do Núcleo de Estudos e Apoio às Transferências Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional desde 2009;
- Analista de Finanças e Controle;
- Consultor de empresas pela Concisa Soluções Empresariais, no período de maio de 1997 a abril de 2007;
- Auditor pelo BVQI no período de janeiro de 1993 a abril de 1997;
- Gerente de Qualidade pela TENENGE no período de dezembro de 1988 a setembro de 1992;
- Inspetor Técnico Independente pelo IBQN no período de maio de 1987 a setembro de 1988;
- Analista de Projetos pela FINEP no período de outubro de 1986 a abril de 1987;
- Superintendente pela NUCLEP no período de setembro de 1982 a setembro de 1986;
- Engenheiro pela CSN no período de janeiro de 1976 a agosto de 1982;
- Graduado em Engenharia Metalúrgica pelo IME em 1975;
- Mestre em Ciências dos Materiais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1981.

**Condenações:** Não há.

**Relações Familiares**

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
  - b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
  - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.
-

A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho de Administração com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>NOME</b>	<b>Órgão representação</b>
CLÁUDIO DE OLIVEIRA TORRES	Ministério da Economia
CHARLES LAGANÁ PUTZ	Ministério da Economia

---

**CLÁUDIO DE OLIVEIRA TORRES**

**Idade:** 31/12/1948

**Profissão:** Administrador de Empresa

**CPF:** 112.271.250-20

**Cargo Eletivo Ocupado:** Conselho de Administração do BNB

**Data da eleição:** 27/03/2020

**Data da posse:**

**Prazo do Mandato:** 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Nihil

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador

**Currículo:**

**Atividade Atual**

- Presidente do Conselho de Administração do Banco do Nordeste

**Formação Acadêmica**

- Mestrado em Gestão Internacional pela American Graduate School of International Management (Thunderbird Campus) Glendale - Arizona (USA) - 1978;
- Graduação em Administração de Empresas - Universidade Cândido Mendes - Rio de Janeiro (RJ) - 1975;
- Palestrante em Seminários de Crédito;
- Professor de pós-graduação em 'Banking - Especialização em Crédito' pela Fundação Getúlio Vargas (FGV);

**Experiência Profissional**

- Membro do Conselho de Administração do Banco Industrial;
- Membro do Conselho de Administração da Serada representando o Banco Real;
- 2019 - Associado da Blackbridge Estruturações; 2015-2019 - Sócio da COT Consultores;
- 2011-2015 - Diretor Comercial e de Tesouraria da Desenvolve São Paulo Banco de Investimento; 2014 - Membro do GT Crédito e Risco da ABBC; 2013-2014 - Diretor de Crédito PJ da ABBC e da ABDE; 2009-2014 - Membro da Comissão de Normas e Legislação Bancária da ABDE; 2008-2011 - Diretor de Crédito, Tesouraria e Controladoria da Desenvolve SP S.A.;
- 2007-2008 - Diretor Executivo de Crédito do Banco Nossa Caixa S.A.; 2005 - Banco Industrial - Head Instituições Financeiras; 2004-2005 - Sócio Diretor do Banco Sofisa; 1998-2003 - Diretor Executivo de Risco do Banco Citibank S.A.; 1998 - Diretor Executivo do Banco BMC; 1994-1997 - Diretor de Crédito da FEBRABAN; 1994-1997 - Diretor de Crédito e Riscos do Banco Real; 1994 - Diretor de Crédito do BANORTE; 1992-1993 - sócio Diretor da Controlbank Consultoria;
- 1974-1991 - Exerceu as seguintes funções no Banco Citibank: Executivo de Conta; Executivo de Conta Sênior; Superintendente do Rio de Janeiro; Vice-Diretor de Belo Horizonte; Diretor de Brasília; Diretor de Belo Horizonte; Diretor de Risco para produtos de Banco de Investimentos; Diretor de Risco de Portfólio & Processos Locais; Diretor - Corporate Local;

**Condenações:** Não há.

#### **Relações Familiares**

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

#### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

## CHARLES LAGANÁ PUTZ

**Idade:** 59 anos

**Profissão:** Administrador de Empresas

**CPF:** 039.085.418-24

**Cargo Eletivo ocupado:** **Conselheiro de Administração do BNB**

**Data da eleição:** 27/03/2020

**Data da posse:**

**Prazo do Mandato:** 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Nihil

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador

### **Currículo / Experiência Profissional**

#### **Academicamente:**

- Formado e pós-graduado em Administração de Empresas na **EAESP-FGV**;
- Mestre em Administração pelo **IMD**, Suíça;
- **Advanced Management Program** na **Harvard Business School** - Palestrante
- Professor convidado da Katz University of Pittsburgh e participou de cursos em Wharton, IESE, HBS, FGV, IBGC, Amana-Key, IFC (Governança Corporativa) e outros.

#### **Prêmios:**

- Transparência da ANEFAC
- Maior Evolução em Relações com Investidores/IR Magazine
- Finalista (por duas vezes) ao prêmio CFO do ano do IBEF onde faz parte da Diretoria Vogal
- Membro do **IBGC** e de seus comitês de Conselhos de Administração e de Ética;
- Coordenador do Grupo de Trabalho de análises de Medidas Contra a Corrupção.

#### **Idiomas:**

- Português e Inglês – nativo;
- Alemão, Suíço-Alemão e Espanhol – fluente;
- Francês e Mandarim - Básico.

#### **Experiência Profissional:**

A experiência profissional inclui posições de presidente de conselho de administração e Conselheiro de Administração, Presidente e Diretor de grandes companhias em vários setores. Atualmente ocupa as posições de:

- Conselheiro de Administração independente da BR Properties (maior empresa de escritórios comerciais na Bovespa), desde 2016.



- Membro do Conselho Consultivo da **Sterlite Power**, empresa Indiana do setor de linhas de transmissão.
- Conselheiro de Administração independente da CODESP, eleito em agosto de 2019 (posse em Setembro – no mês de Agosto foi Conselheiro da CODESA).
- Sócio fundador da Verena Ventures, assessoria empresarial.

#### **Conselheiro de Administração:**

- **MLog** (Mineração e Navegação – Asgaard e CNA), de 2011 - 2018, membro independente (antiga Manabi, da qual foi Presidente do Conselho).
- **Eólicas do Sul**, e BVS (empresas de Energia Renovável) - 2015-16 – eleito pelo fundo Rio Bravo Energia I FIP.
- HRT (atualmente Petro Rio - exploração de Petróleo) - 2012-13 - membro independente.
- Curriculum.com.br (empresa de internet) – 2005-15.
- Metalúrgica Prada e Metalic (embalagens, grupo **CSN**) - 2007-11 – Conselheiro Consultivo.
- Vocal – distribuidora Volvo – 1998-99 - membro do Conselho Consultivo.
- **Crown Cork Brasil e Petropar Embalagens** - 1995-96 – Conselheiro de Administração e CEO.

#### **Executivo:**

- Sócio da **Rio Bravo - Diretor de Private Equity e Infraestrutura** (2015-18)
- **Namisa** (Mineração, Grupo CSN) - **Presidente** (2009-10) - **Diretor Corporativo CSN** (07-11).
- **Brasil Telecom** (2005-07) – VP Executivo e **CFO** (gestão do *turn around*, pós Opportunity, pré fusão com Telemar).
- **Telefônica** (1999-04) – Diretor Financeiro (CFO) Telefonica Empresas (02-04) e Diretor de Finanças Corporativas e Controle (M&A) (99-02).
- Bacraft (papel higiênico) e Agaprint – Grupo **Suzano/Feffer** - **Diretor Geral (CEO)** (97-99).
- Petropar Embalagens (PET) e Crown Cork Tampas Plasticas – **Presidente** (95-96).
- Grupo Microlite (Pilhas Rayovac e Baterias Heliar) - Diretor Financeiro (CFO) (91-95).

**Condenações:** Não há.

**Relações Familiares**

- e. administradores do emissor Não há
- f. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- g. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- h. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há



**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO  
FINANCEIRA DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

*Balanço de 31 dezembro de 2019*

**Em atendimento ao Art. 9º, III, Instrução Normativa Nº 481, de  
17.12.2009**

**Ambiente de Contabilidade**

Nós, membros da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB, em atendimento às disposições da Instrução CVM Nº 480, de 7.12.2009, apresentamos na seção 10 do Formulário de Referência os aspectos relevantes do desempenho do Banco, relativamente aos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019.

#### 10.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### QUADRO 01 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Em R\$ milhões

Itens do Balanço Patrimonial	31.12.2017 Reapresentado	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019
Ativos Totais	54.256	58.678	58.631
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.931	7.780	3.376
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	26.860	36.373	39.690
Operações de Crédito (líquido de provisões)	9.099	9.043	9.431
Outros Créditos (líquido de provisões)	4.403	4.507	5.101
Depósitos Totais	11.808	12.814	12.250
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	3.107	2.703	2.481
Outras Obrigações	28.028	30.575	30.780
- Recursos do FNE (Disponibilidades)	22.591	24.576	22.691
- Provisão para Contingência	332	402	562
- Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego)	1.900	2.228	3.430
- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000	1.000	1.551
- Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.205	2.369	2.545
Patrimônio Líquido	3.751	4.212	5.427
Lucro Líquido	716,38	737,01	1.736,68
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio	20,1%	18,5%	36,1%
Índice de Eficiência (Receita de Prestação de Serviços/Despesas Administrativas)	68,2%	65,6%	52,3%
Índice de Basileia	15,90%	13,76%	14,42%

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram **R\$ 58,6 bilhões**, ao término do exercício de 2019, apresentando um decréscimo de 0,08% em relação ao total de 2018. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (R\$ 6,1 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 16,6 bilhões). Cumpre pontuar, no exercício de 2019, incremento no conjunto de operações de crédito e outros créditos, tendo, como contrapartida, a redução dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

No que diz respeito à composição do saldo de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, observou-se uma redução de 2,4% em relação a dezembro de 2018. Já os saldos de operações de crédito, líquidos de provisões, tiveram acréscimo de 4,3% em relação aos R\$ 9,0 bilhões existentes em dezembro/2018.

#### 10.1.b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Na posição de 31.12.2019, o Capital Social do BNB é de **R\$ 3.813,0 milhões** (R\$ 2.844,0 milhões em 31.12.2018), representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

O montante do passivo exigível, entendido como “somatório do passivo circulante e não circulante”, era de R\$ 50.504,9 milhões, R\$ 54.464,9 milhões e R\$ 53.203,4 milhões em 31/12/2017, 31/12/2018 e 31/12/2019, respectivamente. Dessa forma, o índice de endividamento, medido pela relação “passivo circulante mais não circulante sobre o patrimônio líquido” era de 13,47, 12,93 e 9,80, respectivamente.

**Hipóteses de resgate** - Não há hipóteses de resgate de ações de emissão do Banco, além daquelas previstas em lei.

<b>Composição em 31.12.2019</b>		
<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade das Ações</b>	<b>% do Capital</b>
União Federal	47.896.415	55,4
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	35,0
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,2
Outros	2.063.481	2,4
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

**10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

**QUADRO 03 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO**

Em R\$ mil

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2017</b> Reapresentado	<b>31.12.2018</b> Reapresentado	<b>31.12.2019</b>
Ativos de Liquidez (A)			
Disponibilidades	161.518	133.428	168.525
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.931.084	7.779.984	3.376.358
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	26.859.539	36.373.344	39.690.024
Relações Interfinanceiras	584.069	573.160	601.553
Operações de Crédito	9.099.453	9.042.816	9.431.114
Outros Créditos	2.073.124	1.860.365	1.986.750
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>	<b>51.708.787</b>	<b>55.763.097</b>	<b>55.254.324</b>
Passivos de liquidez (B)			
Depósitos	11.808.182	12.814.261	12.249.854
Captações no Mercado Aberto	986.447	1.381.481	1.551.725
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.189.269	1.311.459	46.107
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.107.278	2.703.057	2.481.156
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	23.528.778	25.472.735	23.656.478
Outros Passivos Financeiros	7.514.620	8.133.924	9.727.836
<b>Total dos Passivos Financeiros</b>	<b>48.134.574</b>	<b>51.816.917</b>	<b>49.713.156</b>
<b>Saldos de Liquidez (A - B)</b>	<b>3.574.213</b>	<b>3.946.179</b>	<b>5.541.167</b>
<b>Índice de Liquidez (A/B)</b>	<b>1,07</b>	<b>1,07</b>	<b>1,11</b>

O Banco investe parcela relevante de seus recursos em títulos públicos federais, que são ativos considerados de elevada liquidez e também detém posições em títulos e valores mobiliários do setor privado.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários corresponde a R\$ 39,7 bilhões (posição 31/12/2019) apresentando uma elevação de R\$ 3,3 bilhões (9,1%) em relação a 31/12/2018, quando totalizava R\$ 36,4 bilhões. As variações mais relevantes na carteira de TVM decorreram do aumento do volume de Notas do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro, por conta da aquisição de títulos no período (R\$ 612,3 milhões e R\$ 1,4 bi, respectivamente); e da rentabilidade da carteira (R\$ 2,3 bilhões).

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é classificada, quase na sua totalidade, na categoria de Títulos Disponíveis para Venda, representando 99,3% do total, objetivando adequar o fluxo de caixa do BNB às metas de contratação de operações de crédito, tanto do FNE, como de outras fontes, inclusive os créditos da carteira comercial, evitando que o Banco venha a apresentar problemas de liquidez quando da liberação de tais recursos para os mutuários, além de proporcionar a flexibilidade necessária para auferir ganhos no mercado financeiro por meio da eventual venda de títulos, contribuindo para o planejamento do resultado financeiro da Instituição.

#### 10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

##### QUADRO 04 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Em R\$ Milhões

Especificação	2017 Reapresentado	2018 Reapresentado	2019
<b>Fontes para Capital de Giro</b>			
Depósitos	5.411,0	6.750,6	5.870,8
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.256,6	1.201,0	1.041,6
Mercado Aberto, Relações Interdependências e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.173,8	2.714,1	1.595,8
Outros (Benefícios a Empregados, FNE e outros)	13.791,6	5.622,8	5.110,9
<b>Total das Fontes de Curto Prazo</b>	<b>21.633,0</b>	<b>16.288,50</b>	<b>13.619,1</b>
Depósitos de Longo Prazo	6.217,2	5.997,4	6.360,2
Outros (FNE e outros)	12.614,9	23.114,9	22.462,5
<b>Total das Fontes de Longo prazo</b>	<b>18.832,1</b>	<b>29.112,3</b>	<b>28.822,7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>40.465,1</b>	<b>45.400,8</b>	<b>42.441,8</b>
<b>Fontes para Ativos Não Circulantes</b>			
Depósitos FAT	180,0	66,2	18,8
Mercado Aberto e Instrumentos Financeiros Derivativos	3,0	8,8	5,9
Títulos Emitidos no Exterior	1.004,9	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.850,8	1.502,1	1.439,5

Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.205,5	2.369,4	2.545,2
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000,0	1.000,0	1.301,0
Outros	3.795,8	4.117,6	5.451,1
Patrimônio Líquido	3.750,7	4.212,9	5.427,4
<b>Total</b>	<b>13.790,6</b>	<b>13.277,0</b>	<b>16.188,9</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>54.255,6</b>	<b>58.677,8</b>	<b>58.630,7</b>

O Banco não vem apresentando deficiências de liquidez no financiamento de seus ativos. Essa margem de liquidez se deve, principalmente, pelo fato de o Banco financiar parcela de seu capital de giro com recursos com prazos de exigibilidades superiores a 01 ano, representado pela elevação de obrigações de longuíssimo prazo, a exemplo das provisões para Garantias Financeiras Prestadas (FNE) e as decorrentes de benefícios pós-emprego.

Registra-se, de modo semelhante, confortável liquidez quanto ao financiamento de ativos não circulantes. Dentre as fontes de financiamento, destacam-se as outras obrigações, representadas por recursos estáveis provenientes dos ingressos do Tesouro para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), de contratação de Dívida Subordinada, de instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e, ainda, oriundos de outras obrigações a exemplo das provisões para benefícios pós-emprego e outras.

#### **10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez**

A situação de liquidez do Banco é confortável tanto em relação ao financiamento para capital de giro quanto para investimentos em ativos não circulantes, conforme evidenciado nos itens 10.1.c e 10.1.d.

Ademais, o Banco atua de maneira diligente por meio de parâmetros estabelecidos em suas políticas de tesouraria e de gestão de risco e de instrumentos de gestão, no sentido de antecipar quaisquer movimentos e cenários que possam comprimir sua posição de liquidez.

Dessa maneira, se necessário, o Banco poderá utilizar-se dos mecanismos usuais para aumento do volume dos depósitos a prazo bem como, se for o caso, realizar emissões de títulos nos mercados nacionais e internacionais, contando nesse caso com *ratings* de crédito em linha com o *rating* soberano.

Sendo assim, no Quadro 03 anterior, demonstramos uma posição confortável para cobrir as obrigações exigíveis de curto e longo prazo assumidas pelo Banco.

#### **10.1.f. níveis de endividamento e as características das dívidas**

##### **QUADRO 05 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO**

<b>Índice</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>
<b>Índice de Endividamento</b>	<b>7,09</b>	<b>7,00</b>	<b>5,32</b>

O Índice de Endividamento, representado pelo Passivo Exigível em relação ao Passivo Não Exigível, registrou um decréscimo de 2017 para 2018, neste caso em decorrência das obrigações com o FNE que são de longo prazo, e um decréscimo de 2018 para 2019, neste caso em decorrência da liquidação de Eurobônus, ocorrida em maio de 2019.

Em 21.12.2016, o Bacen autorizou a inclusão no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I, do Banco, na condição de Capital Principal, o contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015.

Registre-se que, no Passivo Exigível não são considerados os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e a Dívida Subordinada Elegível a Capital.

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### QUADRO 06 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Especificação	Em R\$ mil		
	31.12.2017 Reapresentado	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.641.867</b>	<b>2.696.097</b>	<b>1.577.711</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	184.357	1.311.459	46.107
Empréstimos no Exterior	951.482	900.437	881.557
Repasses do País	161.679	131.908	102.555
Repasses do Exterior	143.354	168.656	57.504
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	200.995	183.637	489.988
<b>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>6.061.143</b>	<b>4.871.502</b>	<b>5.285.779</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	1.004.912	-	-
Repasses do País	1.358.892	1.090.110	1.065.182
Repasses do Exterior	491.871	411.946	374.358
Dívida Subordinada	2.205.468	2.369.446	2.545.199
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000	1.301.040
<b>TOTAL</b>	<b>7.703.010</b>	<b>7.567.599</b>	<b>6.863.490</b>

O quadro acima mostra um breve resumo, no final dos exercícios 2017, 2018 e 2019, das obrigações por empréstimos e financiamentos assumidas pelo Banco do Nordeste. O Banco tem uma concentração dos vencimentos no longo prazo, o que evidencia a administração conservadora e prudencial do fluxo financeiro do Banco.

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26 de novembro 2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000 milhão, já efetivamente integralizado. O referido contrato foi substituído por um novo contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal. Na posição de 31.12.2019, o saldo é de R\$ 750,0 milhões.



Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040 mil).

Saliente-se que o Banco do Nordeste realiza os repasses e empréstimos, no mínimo, com base nos encargos e prazos dos passivos, mantendo a exigência da prestação de garantias reais e fidejussórias, além de avais e fianças para assegurar o equilíbrio do fluxo de caixa e o ressarcimento do crédito.

#### **ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Atualmente não existem outras relações significativas de longo prazo com instituições financeiras.

#### **iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Em 2009, o Banco Central do Brasil aprovou o enquadramento da operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, como capital de nível II do Patrimônio de Referência do Banco do Nordeste do Brasil, na categoria de dívida subordinada que registra o montante de R\$ 2.545,2 milhões em 31.12.2019.

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015 é considerado no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I. Caso o saldo de lucros acumulados e das reservas de lucros não seja suficiente para absorver eventuais prejuízos, o Banco fica desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos para compensação dos mesmos.

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040 mil).

Os demais recursos de terceiros são classificados como exigíveis, no mesmo grau de subordinação.

#### **iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista federal, criado pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952, tem como controlador acionário a União Federal, estando essa condição de acionista controlador preservada, consoante disposto no artigo 6º do Estatuto Social. Por se tratar de entidade da Administração Pública Federal Indireta, o Banco está sujeito aos ditames da Lei Nº 8.666, de 21.06.1993, no que tange à alienação de ativos, e do Decreto Nº 93.872, de 23.12.1986, no que toca à emissão de valores mobiliários.

#### **10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os recursos dos financiamentos contratados são utilizados conforme disposto nos respectivos instrumentos contratuais.

## 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

### QUADRO 07 – ATIVOS TOTAIS

Especificação	Em R\$ milhões		
	31.12.2017 Reapresentado	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019
Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM	39.952,1	44.286,8	43.234,9
Relações Interfinanceiras	584,1	573,2	601,6
Operações de Crédito (Líquido de Provisões)	9.099,5	9.042,8	9.431,1
Outros Créditos (Líquido de Provisões)	4.403,2	4.506,7	5.100,8
Outros Valores e Bens	31,9	26,5	30,0
Permanente	184,8	241,8	232,5
<b>Total</b>	<b>54.255,6</b>	<b>58.677,7</b>	<b>58.630,8</b>

#### 1) ATIVOS TOTAIS - Análise 2018 em relação a 2017

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram **R\$ 58,6 bilhões**, ao término do exercício de 2018 representando um acréscimo de **8,12%** em relação aos R\$ 54,3 bilhões existentes em dezembro de 2017 (ver Quadro 01). Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (**R\$ 15,3 bilhões**) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (**R\$ 9,2 bilhões**). O crescimento dos saldos de ativos do BNB no exercício de 2018, em comparação com o ano anterior, foi influenciado, principalmente, pelo incremento observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal incremento teve como principais origens o aumento no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos do FNE (R\$ 1,9 bilhão) e os depósitos a prazo, que cresceram 10,0% (R\$ 767,8 milhões).

Já em relação aos saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões, verificou-se leve retração de **0,6%**, o que corresponde a **R\$ 56,7 milhões** na comparação entre as posições dezembro de 2018 e dezembro de 2017. As principais movimentações do exercício de 2018, em relação aos saldos findos em 2017, na carteira de crédito, foram: redução de 23,3% (**R\$ 829,1 milhões**) na carteira de operações de crédito com recursos internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB); decréscimo de **R\$ 158,3 milhões** na carteira de operações de crédito com recursos do FAT; redução de **R\$ 95,5 milhões** (-7,2%) no saldo de aplicações com recursos do BNDES e FINAME; crescimento de **R\$ 326,2 milhões** nas operações do Crediamigo; e incremento no saldo de operações com recursos do FNE - Repasses Lei 7827, artigo 9º, item "a", no valor de **R\$ 518,8 milhões**.

#### 2) ATIVOS TOTAIS - Análise 2019 em relação a 2018

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 58,6 bilhões, ao término do exercício de 2019, apresentando um decréscimo de **0,08%** em relação ao total de 2018. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (**R\$ 6,1**

**bilhões)** e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (**R\$ 16,6 bilhões**). Cumpre pontuar, no exercício de 2019, incremento no conjunto de operações de crédito e outros créditos, tendo, como contrapartida, a redução dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

No que diz respeito à composição do saldo de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, observou-se um redução de 2,4% em relação a dezembro de 2018. Já os saldos de operações de crédito, líquidos de provisões, tiveram acréscimo de 4,3% em relação aos R\$ 9,0 bilhões existentes em dezembro/2018.

#### QUADRO 08 – RECURSOS TOTAIS

Em R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2017</b> Reapresentado	<b>31.12.2018</b> Reapresentado	<b>31/12/2019</b>
Depósitos à vista	239,9	328,7	405,3
Depósitos de poupança	2.277,5	2.433,8	2.633,8
Depósitos a prazo	7.680,5	8.448,2	7.992,7
. FAT	179,9	66,2	18,8
. Finor – Disponibilidades	1.362,3	1.425,7	1.524,8
. Reinvestimentos Lei No. 8.167	287,4	348,9	407,9
. CDB e Depósitos Judiciais	5.850,9	6.607,5	6.041,2
Depósitos Interfinanceiros e Outros	1.582,9	1.560,0	1.165,0
Captações no Mercado Aberto	986,4	1.381,5	1.551,7
L.C.A (Letra de Crédito do Agronegócio)	176,5	162,3	46,1
Emissão de Títulos no Exterior	1.012,8	1.149,2	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências	6,0	8,4	3,9
Obrigações por Empréstimos	951,5	900,4	881,6
. Empréstimos no Exterior	951,5	900,4	881,6
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.520,6	1.222,0	1.167,7
. BNDES e FINAME	1.520,1	1.221,5	1.167,2
. Outras Instituições	0,5	0,5	0,5
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	635,2	580,6	431,9
Provisões Sociais e Estatutárias	138,1	179,9	337,9
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	346,2	710,6	1.351,7
Recursos FNE	22.600,0	24.585,6	22.702,6
Fundo de Marinha Mercante FMM	102,1	102,9	96,3
Recursos FDNE Repasse	730,8	697,9	662,6
Outros Fundos e Programas	95,9	86,3	195,0
Provisão Para Contingência	3.416,8	3.392,7	3.307,4
. FNE (Garantias Financeiras Prestadas)	3.084,6	2.990,9	2.748,8
. Causas Trabalhistas	169,2	206,5	334,0
. Causas Cíveis e Outras	129,6	162,7	183,5
. Outros Passivos Contingentes	33,4	32,5	41,0
Pagamentos a Efetuar	2.341,5	2.733,4	3.949,4
. Benefícios a Empregados (Passivo Atuarial)	1.900,0	2.227,6	3.430,2
. Outros	441,5	505,8	519,2

Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	2.205,5	2.369,4	2.545,2
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000,0	1.000,0	1.551,0
Outras Obrigações	458,3	431,3	224,7
<b>Total das obrigações para com terceiros</b>	<b>50.504,9</b>	<b>54.464,9</b>	<b>53.203,4</b>
Patrimônio Líquido	3.750,7	4.212,9	5.427,4
<b>TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO BNB</b>	<b>54.255,6</b>	<b>58.677,7</b>	<b>58.630,8</b>

### 3) RECURSOS TOTAIS - Análise 2018 em relação a 2017

O montante das captações de recursos em depósitos a prazo aumentou **10,0%** na comparação com o ano anterior, passando de **R\$ 7,7 bilhões** em dezembro/2017 para **R\$ 8,4 bilhões** em dezembro/2018. O principal componente a influenciar nesse crescimento foi o aumento de **12,9%** nas captações em CDB que cresceram **R\$ 756,6 milhões** em relação ao saldo existente ao final do ano anterior. Tal variação deveu-se, principalmente, aos esforços organizacionais com vistas à adequação do volume captado para níveis apropriados de *fundings* demandados pelas carteiras de crédito comercial.

Em 31/12/2018, as captações em Depósitos Interfinanceiros totalizaram **R\$ 1,560 bilhão** e, quando comparado a dezembro/2017, observa-se a redução de **1,4% (R\$ 22,9 milhões)** no volume global, decorrente de lotes não renovados de DIs emitidos anteriormente. A maior representatividade na carteira, no entanto, é de Depósitos Interfinanceiros do Microcrédito (DIM), que correspondem a **97,6%** do volume captado.

No tocante às “Obrigações por Empréstimos (no Exterior)”, os valores registrados nessa rubrica são relativos à obtenção de recursos externos (captações de *trade finance*) aplicados no financiamento ao comércio exterior. Na comparação entre o final do atual exercício com o de 2017, houve redução de **5,4%** em termos nominais, o que correspondeu a uma variação de **R\$ 51,1 milhões (R\$ 951,5 milhões em 2017; R\$ 900,4 milhões em 2018)**. Tal variação foi consequência da redução das operações de financiamento de importação como resultado da variação da taxa de câmbio ao longo do período.

Em “Provisões Sociais e Estatutárias”, o saldo na posição dezembro/2018 contemplava **R\$ 179,7 milhões**, sendo **R\$ 48,3 milhões** referente à Participação nos Lucros dos Empregados e Administradores e **R\$ 131,4 milhões** de provisão para pagamento de Dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Destes últimos, **R\$ 131,1 milhões** referem-se aos JCP complementares do exercício de 2018 e **R\$ 0,3 milhão** de saldo remanescente de dividendos a pagar.

Em “Obrigações Fiscais e Previdenciárias”, os saldos totalizam, na posição de 31.12.2018, o valor de **R\$ 710,6 milhões (R\$ 346,2 milhões em 31.12.2017)**. Observou-se neste grupo um **aumento de R\$ 346,2 milhões (105,3%)**.

O saldo das disponibilidades do FNE elevou-se de **R\$ 22,6 bilhões** ao final de 2017 para **R\$ 24,6 bilhões** ao término do exercício de 2018, representando uma variação positiva de **8,8%**. Já o saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve elevação de **57,4%** saindo de **R\$ 5,9 bilhões** ao final de 2017 para **R\$ 9,2 bilhões** ao final de 2018. O aumento do saldo de disponibilidades é motivado, principalmente, pelas transferências de recursos da STN e pelo reembolso de parcelas das operações contratadas.

O saldo da rubrica “Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital” na posição 31.12.2018 apresentou um aumento de **7,4%**, variação de **R\$ 163,9 milhões (R\$ 2,369 bilhões em dez/2018, contra R\$ 2,206 bilhões em dez/2017)**, decorrente do efeito da capitalização dos

encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN), e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (9,5% a.a. a 10,14%a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

#### 4) RECURSOS TOTAIS - Análise 2019 em relação a 2018

As obrigações do Banco para com terceiros registraram um decréscimo de **2,3%** em relação a dezembro de 2018 (**R\$ 54,5 bilhões** em dezembro de 2018, **R\$ 53,2 bilhões** ao final do exercício de 2019).

### Depósitos à Vista e Poupança

Nos depósitos à vista, verificou-se um incremento da ordem de 23,3%, com relação a dezembro/2018, correspondendo à cifra de R\$ 76,6 milhões. Já nos saldos de poupança, o crescimento foi de 8,2%, equivalente a R\$ 199,9 milhões. As variações positivas se deram em função de diversos fatores dentro da conjuntura macroeconômica, além dos próprios rendimentos dos recursos, no período.

### Depósitos a Prazo

As Captações a Prazo totalizaram R\$ 8,0 bilhões na posição dezembro/2019, o que representou uma redução de 5,4% em relação aos R\$ 8,5 bilhões existentes em dezembro/2018. Estas, por sua vez, se desdobram em Depósitos do FAT, Finor, Depósitos para reinvestimentos, CDB e Depósitos Judiciais, conforme se vê a seguir:

- a) **Depósitos do FAT** -Decresceram 71,6%, variação de R\$ 47,4 milhões. A redução foi decorrente do resultado dos reembolsos efetuados ao FAT durante o ano de 2019, que totalizaram R\$ 49,2 milhões (já incluídos os encargos) e da atualização monetária da obrigação, no montante de R\$ 1,8 milhões.
- b) **Disponibilidades do Finor** - Variaram de R\$ 1.425,7 milhões em dezembro/2018 para R\$ 1.524,8 milhões em dezembro/2019. O acréscimo de 7,0% (R\$ 99,1 milhões) deveu-se, basicamente, à remuneração no valor de R\$ 81,7 milhões, incidente sobre o saldo dos recursos do Fundo depositados no Banco, além do ingresso de recursos de incentivos fiscais, no montante de R\$ 34,2 milhões.
- c) **Depósitos para Reinvestimentos (Lei 8.167/91)** - Cresceram 16,9% (R\$ 59,0 milhões), em função do aumento da captação dos recursos, no total de R\$ 160,9 milhões, bem como da remuneração no valor de R\$ 55,4 milhões, incidente sobre o saldo dos recursos depositados, considerando inclusive que o Banco efetuou a liberação de R\$ 78,8 milhões e devolução de R\$ 7,0 milhões bem como reversões para a União, com algumas devoluções às empresas, no total de R\$ 37,3 milhões, em atendimento à Portaria MDR nº 3.114/19.
- d) **Certificados de Depósitos Bancários** – O saldo das captações em CDB totalizaram R\$ 5,7 bilhões em dezembro de 2019, apresentando uma redução de 8,9% (R\$ 557,4 milhões) em relação ao ano anterior. O decréscimo no volume de recursos captados decorreu do aumento de resgates e vencimentos em CDB, ocorrido principalmente no último trimestre de 2019.
- e) **Depósitos Judiciais** - Houve um pequeno decréscimo de 2,6% (8,9 milhões) neste item. Registra-se que a redução ocorre em função dos levantamentos (saques) dos depósitos judiciais inferiores às ordens judiciais emitidas em 2019.

## Depósitos Interfinanceiros

Ao final de 2019, as captações em Depósitos Interfinanceiros totalizaram R\$ 1,1 bilhão e, quando comparado a Dez/2018, se observa a redução de 25,3% (R\$ 395,0 milhões) no volume global, decorrente de lotes não renovados de DIs emitidos anteriormente. A maior representatividade na carteira é de Depósitos Interfinanceiros do Microcrédito (DIM), que correspondem a 98,8% do volume captado.

## L.C.A. (Letras de Crédito do Agronegócio)

O resultado das captações em LCA, no ano de 2019, apresentou decréscimo de R\$ 118,2 milhões no saldo, representando uma redução de 72,8% em relação ao saldo obtido em dezembro de 2018. Essa redução se deu pela não renovação de lotes.

## Obrigações por Empréstimos (no Exterior)

Os valores registrados nessa rubrica são relativos à obtenção de recursos externos (captações de *trade finance*) aplicados no financiamento ao comércio exterior. Na comparação entre o final do atual exercício com o de 2018, houve redução de 2,1% em termos nominais, o que correspondeu a uma variação de **R\$ 18,8 milhões**, essa variação foi consequência da redução discreta de operações de financiamento de exportação, em função da menor demanda de financiamento às operações de comércio exterior em 2019.

## Provisões Sociais e Estatutárias

O saldo na posição dezembro/2019 contemplava **R\$ 337,9 milhões**, sendo R\$ 105,6 milhões referente à Participação nos Lucros dos Empregados e Administradores e R\$ 232,3 milhões de provisão para pagamento de Dividendos na forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Destes últimos, R\$ 231,9 milhões referem-se aos Dividendos e JCP complementares do exercício de 2019 e R\$ 0,4 milhão de saldo remanescente de dividendos e JCP a pagar.

## Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os saldos de obrigações fiscais e previdenciárias totalizaram, na posição de 31.12.2019, o valor de **R\$ 1.351,7 milhões** (R\$ 710,6 milhões em 31.12.2018). Observou-se neste grupo um **aumento de R\$ 641,1 milhões** (90,5%), valendo destacar as movimentações consideradas mais relevantes:

- a) **Impostos e Contribuições a Recolher (IRRF, ISSQN, FGTS, Contribuição Previdenciária, IPTU, PASEP, COFINS)** – o saldo registrado em 31.12.2019 é de R\$ 113,6 milhões (R\$ 103,8 milhões em 31.12.2018). Observou-se um aumento de R\$ 9,8 milhões (9,5%), que teve como principais motivos o aumento de R\$ 10,8 milhões de PASEP e COFINS. A base de cálculo é composta pela Receita Bruta, reduzida das exclusões de receitas e deduções de despesas permitidas pela legislação tributária. A variação observada é decorrente do aumento da receita bruta em torno de R\$ 220 milhões; e a redução de R\$ 1,0 milhão de movimentação de diversas rubricas de retenção na fonte.
- b) **Provisões para IRPJ e CSLL** – O saldo registrado em 31.12.2019 é de R\$ 543,1 milhões (R\$ 308,8 milhões em 31.12.2018).

- c) **Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos** – Totalizam na posição de 31.12.2019 o valor de R\$ 695,0 milhões (R\$ 298,0 milhões em 31.12.2018), observando-se um aumento de **R\$ 397,0 milhões** (133,2%) nas rubricas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL.

## Recursos FNE (Disponibilidades)

Os recursos disponíveis do FNE apresentaram uma diminuição de **R\$ 1.884,7 milhões**, o que representou decréscimo de 7,7% em relação a dezembro/18. O perfil destes recursos também teve alteração significativa: enquanto em dezembro de 2018, 37,6% dos recursos em Caixa eram Recursos Comprometidos, em dezembro de 2019 essa rubrica detém 73,2% dos **R\$ R\$ 22,7 bilhões** existentes. Tal alteração foi motivada pelo aumento nas contratações de operações de crédito e pela mudança no critério de definição dos recursos comprometidos que até o final de 2018 abrangiam os valores a desembolsar no prazo de noventa dias e, a partir de 2019, tal prazo passou a ser de trezentos e sessenta dias.

## Passivos Atuariais - Benefícios Pós-Emprego

Registrou-se acréscimo de 54,0% nos saldos de pagamentos a efetuar decorrentes de benefícios pós-emprego (**R\$ 3,430 bilhões** em 31/12/2019, contra **R\$ 2,228 bilhão** em 31/12/2018), representando um volume maior de provisões no montante de R\$ 1.202,6 milhões. A contabilização dessas provisões está de acordo com as regras de reconhecimento de passivos relacionados a benefícios pós-emprego, estabelecidas na Resolução nº 4.424/2015, do CMN, que recepcionou o CPC 33 (R1).

As movimentações ocorridas no saldo, que explicam a mencionada variação, foram:

- a) reconhecimento de despesas, por conta da unidade adicional de direito ao benefício decorrente do serviço prestado pelo empregado no período corrente e dos juros líquidos, no valor de R\$ 206,6 milhões;
- b) reversão de despesas no valor de R\$ 1,4 milhão, referente a estorno de custo do serviço corrente líquido do plano CV I;
- c) baixa de provisões correspondentes às contribuições aportadas pelo empregador no exercício, para os planos de previdência, saúde e seguro de vida, no valor de R\$ 161,1 milhões, e;
- d) acréscimo no valor de R\$ 1.158,5 milhões na provisão, decorrente, principalmente, das perdas financeiras, tendo em vista as quedas nas taxas de desconto atuariais (NTN-B) utilizadas para desconto das obrigações atuariais a valor presente, que foram de 4,80% (dezembro/2018) para 2,87% (dezembro/2019), no plano BD, e de 4,98% (dezembro/2018) para 3,46% (dezembro/2019), nos planos CV I, Natural e Seguro). Além disso, registramos perdas decorrentes da alteração do plano de custeio do plano BD, com redução das contribuições dos assistidos de 20% para 19,20% e reajuste dos benefícios de 4,48% (INPC acumulado de 2019), e da alteração da apólice do seguro de vida em grupo, com elevação do capital segurado e redução do prêmio.

## Dívida Subordinada Elegível a Capital (FNE-2)

Em 20.07.2009, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2009/07394, aprovou o enquadramento de operação de repasse de recursos do FNE ao BNB, no montante de R\$ 600,0 milhões, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco, na categoria de dívida subordinada, ao amparo da Resolução CMN Nº 3.444/07, posteriormente revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.192/13. Em 16.06.2010,

por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2010/05338, o Banco Central do Brasil considerou elegível a Capital de Nível II nova operação de repasses do FNE ao BNB, no montante de R\$ 400,0 milhões.

Findo o exercício de 2019, o saldo desta rubrica apresentou elevação de 7,4%, variação de R\$ 175,8 milhões (**R\$ 2,545 bilhões** em dezembro/2019, contra **R\$ 2,369 bilhões** em dezembro/2018), decorrente do efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN), e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (9,5% a.a. a 10,14% a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

## Instrumentos de Dívida Elegível ao Capital

Em jan/16, foi celebrado entre o BNB e a União o Contrato de nº 001/2016/PGFN/CAF de Novação e Confissão de Dívida, no valor de **R\$ 1,0 bilhão**, o qual tornou extinto o contrato nº 592/ PGFN/CAF relativo ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – IHCD. Esse novo contrato atende as exigências da Resolução CMN nº 4.192/2013 para que possa ser elegível a PR Nível I, na condição de Capital Principal.

No 1º Semestre de 2019 foi realizada captação por emissão de Letras Financeiras com Cláusula de Subordinação (LFS), elegíveis a Capital Nível I, com característica de Capital Complementar, no valor de **R\$ 801,0 milhões**, autorizadas, pelo Banco Central, em 19 de julho de 2019, a compor o Patrimônio de Referência, com vigência a partir da data-base de junho de 2019.

A variação registrada de **R\$ 551,0 milhões**, no fim do exercício de 2019, é explicada pelo acréscimo decorrente dessa emissão de R\$ 801 milhões em Letras Financeiras e pela redução do saldo do IECF em R\$ 250 milhões, referente ao 1º lote de recompra efetuado em dez/19 pelo Banco.

## 5) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2019, um Patrimônio Líquido de **R\$ 5,427 bilhões** (**R\$ 4,212 bilhões**, em 31.12.2018). A composição da variação ocorrida no Patrimônio Líquido está apresentada no Quadro 9, a seguir:

### QUADRO 09 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em R\$ Milhões

Patrimônio Líquido em 31.12.2017(*)	3.770,05
Lucro Líquido de 2018(*)	737,02
Ajustes de TVM (líquidos de impostos)	68,32
Ganhos ou (Perdas) Atuariais (líquidos de Impostos)	-168,33
Ajustes Credores em LPA	5,87
Ajustes Devedores em LPA	-13,92
Provisão p/ Distribuição de JCP Complementares 2018	-186,13
Patrimônio Líquido em 31.12.2018(*)	4.212,88
Lucro Líquido de 2019	1.736,68
Ajustes de TVM (líquidos de impostos)	479,8
Ganhos ou (Perdas) Atuariais (líquidos de Impostos)	-579,67



Ajustes Credores em LPA	0,43
Ajustes Devedores em LPA	-0,92
Reavaliação de ativos	-1,78
Provisão p/ Distribuição de Dividendos e JCP Complementares 2019	-420,01
Patrimônio Líquido em 31.12.2019	5.427,41

(\*) Saldo reapresentado

### QUADRO 10 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em R\$ milhões

Especificação	Exercício 2017 Reapresentado	Exercício 2018 Reapresentado	Exercício 2019
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.403,7</b>	<b>5.105,9</b>	<b>5.489,9</b>
. Operações de Crédito	2.000,1	1.893,4	2.701,6
. Resultado de Oper. com Títulos e Valores Mobiliários	3.273,4	2.731,9	2.548,6
. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(2,9)	144,4	47,3
. Resultado de Operações de Câmbio	110,3	311,0	167,3
. Resultado das Aplicações Compulsórias	22,7	25,4	25,1
<b>( - ) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(3.777,8)</b>	<b>(3.570,7)</b>	<b>(2.981,9)</b>
. Operações de Captação no Mercado	(1.102,6)	(988,5)	(858,8)
. Operações de Empréstimos e Repasses	(2.132,8)	(2.121,1)	(1.725,0)
. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(542,4)	(461,0)	(398,1)
<b>( = ) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.625,9</b>	<b>1.535,3</b>	<b>2.508,0</b>
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(477,6)</b>	<b>(273,0)</b>	<b>(67,4)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	2.249,4	2.461,7	2.628,9
Rendas de Tarifas Bancárias	66,3	77,0	98,4
Despesas de Pessoal	(1.900,3)	(2.001,5)	(2.002,4)
. Proventos, Encargos e Benefícios	(1.695,0)	(1.734,4)	(1.728,1)
. Provisões Benefícios Pós-emprego	(205,3)	(267,1)	(274,3)
Outras Despesas Administrativas	(1.236,1)	(1.222,2)	(1.286,2)
Despesas Tributárias	(302,3)	(312,7)	(327,0)
Outras Receitas Operacionais	1.914,1	1.888,3	2.044,5
Outras Despesas Operacionais	(1.268,6)	(1.163,6)	(1.223,7)
<b>( = ) RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.148,3</b>	<b>1.262,3</b>	<b>2.440,7</b>
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14,2	3,5	(5,8)
<b>( = ) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.162,5</b>	<b>1.265,8</b>	<b>2.434,8</b>
<b>( - ) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(403,1)</b>	<b>(481,6)</b>	<b>(592,9)</b>
. Provisão para Imposto de Renda	(61,7)	(204,4)	(365,4)
. Provisão para Contribuição Social	(49,7)	(164,0)	(261,3)
. Ativo Fiscal Diferido	(291,7)	(113,3)	33,8
<b>( - ) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	<b>(43,0)</b>	<b>(47,2)</b>	<b>(105,2)</b>
<b>( = ) LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>716,4</b>	<b>737,0</b>	<b>1.736,7</b>

## 6) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2018 em relação a 2017

O lucro líquido de 2018 importou em **R\$ 737,0 milhões**, montante **2,88%** superior ao apresentado em 2017 (**R\$ 716,4 milhões**). O lucro líquido por ação que, em 31.12.2017, era de **R\$ 8,29**, passou para **R\$ 8,53** em 31.12.2018.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira registrou um decréscimo de **5,57%** no período, decorrente, de modo relevante, pelo Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários registrado nas Receitas da Intermediação Financeira. O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, no ano de 2018, foi de **R\$ 2,732 bilhões**, correspondendo a um decréscimo de **R\$ 541,6,5 milhões**, quando comparado ao mesmo período de 2017. Tal redução decorre, principalmente, da redução na taxa SELIC (variação de **9,94%** no primeiro em 2017 contra **6,40%** em 2018).

Em Outras Receitas/Despesas Operacionais, verificamos que as receitas de prestação de serviços foram de **R\$ 2,462 bilhões** no exercício de 2018, enquanto as rendas de tarifas bancárias foram de **R\$ 77,0 milhões**. O conjunto dessas rendas foi superior em **R\$ 223,0 milhões (9,6%)** ao alcançado em 2017, impactado principalmente pelas tarifas de contratação em decorrência diretamente do crescimento das contratações de operações de crédito.

## 7) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2019 em relação a 2018

O lucro líquido do exercício de 2019 importou em **R\$ 1.736,7 milhões**, montante **139,4%** superior ao apresentado em 2018 (**R\$ 737,0 milhões**). O lucro líquido por ação que em 31/12/2018 importava em **R\$ 8,53**, passou, em 31/12/2019, para **R\$20,11**.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, calculada sobre o saldo apresentado em 2019, foi de **32,0% a.a.** Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido Médio apresentado no final de 2019, a rentabilidade passa para **36,2% a.a.** (19,0% a.a. em 2018). A Eficiência Operacional do Banco no exercício de 2019 foi de **52,3%** (treze vírgula três pontos percentuais melhor que os 65,6%, no exercício de 2018).

As **Receitas de Intermediação Financeira** ficaram 7,5% acima daquelas obtidas em 31/12/2018, alcançando a cifra de **R\$ 5.489,9 milhões**, com destaque para as receitas de "Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo", que apresentaram um acréscimo da ordem de 100,7% (**R\$ 497,3 milhões** em 2019, contra **R\$ 247,8 milhões** em 2018).

Em relação às **Despesas da Intermediação Financeira**, estas foram 16,5% menores no exercício de 2019, em comparação com o resultado de 2018, ficando em **R\$ 2.981,9 milhões**. Vale destacar as despesas financeiras com Operações de Empréstimos e Repasses que reduziram 18,7% (**R\$ 396,2 milhões**) em relação ao ano anterior.

As receitas de prestação de serviços foram de 6,8% superiores àquelas obtidas no exercício de 2018 (**R\$ 2.628,9 milhões** em 2019, ante **R\$ 2.461,7 milhões** em 2018). Já as rendas de tarifas foram de **R\$ 98,4 milhões** (**R\$ 77,0 milhões** em 2018), representando crescimento de 27,8%, quando comparados os dois períodos.

Em 2019, o volume de Despesas Administrativas foi de **R\$ 3.288,6 milhões**, o que representa um aumento de 2,0% em relação ao mesmo período do ano passado (**R\$ 3.223,7 milhões**). Deste total, 52,6% foi destinado aos proventos, encargos e benefícios

(Folha de Pagamento); 8,3% aos benefícios pós-emprego e 39,1% às demais despesas administrativas.

As Outras Receitas Operacionais somaram **R\$ 2.044,5 milhões**, representando crescimento de 8,3% em relação a 2018 quando totalizaram R\$ 1.888,3 milhões.

#### **10.2.a. resultados das operações, em especial:**

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os componentes de receita e fatores importantes que afetaram materialmente os resultados operacionais são os comentados nos itens anteriores.

#### **10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

- a) Operações de Crédito** – O volume de receitas de operações de crédito, no exercício de 2019, foi 42,7% superior ao apresentado em 2018 (R\$ 2.701,6 milhões em 2019, ante R\$ 1.893,4 milhões em 2018). Os principais itens deste grupo de receitas foram os seguintes:
  - 1. Rendas de Financiamentos Rurais e de Financ. Agroindustriais**, que apresentaram um acréscimo da ordem de 174,7% (R\$ 646,1 milhões em 2019, contra R\$ 235,1 milhões em 2018). Esse acréscimo decorreu, principalmente, da efetivação de Rendas a Apropriar de operações do Programa PRODECER III, liquidadas e/ou renegociadas no ano de 2019, com base na Lei 13.606/2018-Art.29-A;
  - 2. As Receitas de “Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo”**, também apresentaram um acréscimo da ordem de 100,7% (R\$ 497,3 milhões em 2019, contra R\$ 247,8 milhões em 2018). Esse incremento decorreu, principalmente, da recuperação, no ano de 2019, de operações baixadas do ativo, do Programa PRODECER III, ao amparo da Lei 13.606/2018-Art. 29-A;
  - 3. Rendas de Empréstimos**, que também apresentaram um acréscimo da ordem de **30,7%** (R\$ 1.130,3 milhões em 2019, ante R\$ 864,7 milhões em 2018). Esse aumento foi originado, em maior parte, pelas receitas das operações do Crediamigo, que cresceram **R\$ 321,4 milhões**; já as receitas de Contas Garantidas e de CDC tiveram um decréscimo de **R\$ 7,0 milhões**, e as receitas de Renegociação de Dívidas e de Capital de Giro que também tiveram uma queda da ordem de **R\$ 47,5 milhões**;
  - 4.** Por outro lado, as Receitas de **Operações de Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento** apresentaram uma queda da ordem de **26,2%** (R\$ 209,6 milhões em 2019, ante R\$ 284,1 milhões em 2018). Essa redução é explicada, principalmente, pelo comportamento da Variação Cambial, que apresentou uma variação inferior à de 2018 (4,02% em 2019 e 17,86% em 2018);
  - 5. As Rendas de Financiamentos** também apresentaram redução da ordem de **12,4%** (R\$ 213,2 milhões em 2019, contra R\$ 243,4 milhões em 2018). Contribuíram para essa redução as receitas de operações com recursos do FAT e do Crediamigo que, juntas, apresentaram queda de **R\$ 39,0 milhões**; em

contrapartida, as receitas de operações com recursos do BNDES apresentaram acréscimo da ordem de **R\$ 8,5 milhões**;

- 6. Operações de Financiamentos em moeda estrangeira**, cujas receitas tiveram uma redução em torno de **80,9%** (R\$ 2,5 milhões em 2019, contra R\$ 13,5 milhões em 2018), explicada, principalmente, pelo comportamento da Variação do Dólar, que apresentou uma variação inferior à de 2018 (4,02% em 2019 e 17,86% em 2018);
  - 7. As Rendas de Direitos Creditórios Descontados**, que também apresentaram queda em torno de **52,7%** (R\$ 2,0 milhões em 2019, ante R\$ 4,4 milhões em 2018), queda essa explicada, principalmente, pela redução da carteira de crédito.
- 
- b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários** – O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, no ano de 2019, foi de R\$ 2.548,6 milhões, correspondendo a um decréscimo de R\$ 183,3 milhões, quando comparado ao exercício de 2018. Tal redução decorreu, principalmente, da diminuição no volume de operações compromissadas e variação da taxa SELIC (6,40% no exercício de 2018, contra 5,94% em 2019).
  - c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos** – O resultado de 2019 apresentado nesta rubrica foi menor quando comparado com o ano anterior: passou de R\$ 144,4 milhões em 2018 para R\$ 47,3 milhões em 2019. Essa variação negativa de 67,2% é explicada, basicamente, pelo vencimento de todos os contratos de swap, ocorrido em 03/05/2019.
  - d) Resultado de Operações de Câmbio** – Os lançamentos desta rubrica são compostos por encargos de operações de crédito de exportação, comissões, tarifas e correção cambial de ativos em moeda estrangeira. Em 2019, este resultado totalizou R\$ 167,3 milhões, o que representou redução de 46,2% em relação aos R\$ 310,9 milhões alcançados no ano anterior. O decréscimo no resultado de operações de câmbio foi decorrente, principalmente, da redução verificada nas rubricas Rendas de Variações e Diferenças de Taxas, em decorrência da estabilidade do valor do Real em relação ao Dólar Americano ao longo do ano de 2019.
  - e) Resultado de Aplicações Compulsórias** - A variação de R\$ 0,3 milhão decorreu do aumento em Rendas de Créditos Vinculados ao SFH, pela atualização de juros nos saldos residuais da carteira de Financiamento Imobiliário com cobertura pelo FCVS; e por conta de rendas de créditos vinculados.

#### **10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

O impacto no resultado operacional do Banco decorrente de oscilações nas taxas de juros e inflação é inerente à atividade bancária. Os efeitos permeiam toda a Demonstração de Resultados da Instituição. Dessa forma, apresentamos os impactos que as variações do

IGP-M (índice de preços) e a cambial acarretaram em nossas receitas e despesas, por serem os itens mais relevantes.

O principal ativo do Banco indexado ao IGP-M corresponde às operações refinanciadas com o Governo Federal, de acordo com a Lei 8.727, de 5.11.1993. A redução da receita foi influenciada pela variação negativa do IGP-M e pela liquidação da Operação ocorrida em Agosto/2017.

#### QUADRO 11 - OPERAÇÕES INDEXADAS ÀS VARIAÇÕES DO IGP-M

Em R\$ milhões

Operações Refinanciadas com o Governo Federal	2017	2018	2019
Saldos em 31.12	-	-	-
Receitas do exercício	36	-	-

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição cambial limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central e pela Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco.

O descasamento cambial, marcado a mercado, é apurado diariamente e apresenta os valores do quadro abaixo. A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

#### QUADRO 12 – EXPOSIÇÕES CAMBIAIS

Em R\$ mil

Especificação	31.12.2019	31.12.2018	Especificação	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	1.939	3.879	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.441	45.188	Relações Interdependências	3.381	7.996
Operações de Crédito	423.461	569.098	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	59.338	66.964
Outros Créditos	879.654	879.154	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	431.861	1.729.785
			Outras Obrigações	882.186	905.756
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.329.495</b>	<b>1.497.319</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>1.376.766</b>	<b>2.710.501</b>
Operações de Swap	-	1.148.619			
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>1.329.495</b>	<b>2.645.938</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>1.376.766</b>	<b>2.710.501</b>

**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados:**

- a. introdução ou alienação de segmento operacional**
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
- c. eventos ou operações não usuais**

O Banco do Nordeste do Brasil S/A não tem previsão de introdução ou alienação de segmento operacional; constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**10.4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudança significativa de práticas contábeis nos últimos 3 exercícios.

**10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

O Banco alterou sua política contábil em relação ao reconhecimento dos créditos tributários sobre passivos contingentes, que até 31.12.2017 não eram registrados, somente divulgados nas notas explicativas e, a partir de 31.12.2018, passaram a ser reconhecidos a medida que as projeções indiquem sua realização no prazo de 10 anos, e também sobre ganhos e perdas atuarias, que eram reconhecidos somente até o limite do que seria realizado por meio das contribuições estimadas nos próximos 10 anos, e passaram a ser integralmente reconhecidos. O Banco procedeu também a ajustes de classificação de créditos tributários lançados às rubricas de Ajuste de Avaliação Patrimonial, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Resultado do Exercício de 2017. Conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses efeitos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos do exercício findo em 31.12.2017, que estão sendo reapresentados:

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b>	<b>31.12.2017</b>		
	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	31.585.567	208.674	31.794.241
Outros Créditos	2.078.852	208.674	2.287.526
Diversos	2.106.090	208.674	2.314.764
Total do Ativo	54.046.937	208.674	54.255.611
Patrimônio Líquido	3.542.037	208.674	3.750.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(998.758)	147.804	(850.954)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	60.870	60.870
Total do Passivo	54.046.937	208.674	54.255.611

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b>	<b>31.12.2017</b>		
	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(437.794)	34.640	(403.154)
Ativo Fiscal Diferido	(326.340)	34.640	(291.700)
Lucro Líquido	681.745	34.640	716.385
Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) - em R\$	7,89	0,40	8,29

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	3.542.037	208.674	3.750.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(998.758)	147.804	(850.954)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	60.870	60.870

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício	681.745	34.640	716.385
Lucro Líquido Ajustado	1.899.249	34.640	1.933.889
Outros Créditos	192.215	(74.015)	118.200
Ajuste de Exercício Anteriores	7.215	39.375	46.590

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.000.744	(34.640)	966.104
Federais	969.792	(34.640)	935.152
REMUNERAÇÃO DE CAPITALIS PRÓPRIOS	681.745	34.640	716.385
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	516.731	34.640	551.371

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido	681.745	34.640	716.385
Outros Resultados Abrangentes	(342.089)	39.375	(302.714)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	199.981	39.375	239.356

No exercício de 2019, o Banco recalculou a vida útil dos bens do ativo imobilizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016, cujos efeitos foram contabilizados nas contas de Lucros ou Prejuízos Acumulados e de Despesas de Depreciação.

Conforme CPC nº 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses recálculos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos de 31.12.2018, que estão sendo reapresentados:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo Permanente	193.002	48.778	241.780
Imobilizado de Uso	171.463	48.778	220.241
(Depreciação Acumulada)	(409.004)	48.778	(360.226)
<b>Total do Ativo</b>	<b>58.628.963</b>	<b>48.778</b>	<b>58.677.741</b>
Passivo Exigível a Longo Prazo	38.158.465	17.920	38.176.385
Outras Obrigações	30.583.957	17.920	30.601.877
Fiscais e Previdenciárias	98.078	17.920	115.998
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.182.021</b>	<b>30.858</b>	<b>4.212.879</b>
Reservas de Reavaliação	11.592	2.387	13.979
Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA)	-	28.471	28.471
<b>Total do Passivo</b>	<b>58.628.963</b>	<b>48.778</b>	<b>58.677.741</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(1.241.249)</b>	<b>19.043</b>	<b>(1.222.206)</b>
Despesa de Depreciação e Amortização	(29.146)	19.043	(10.103)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(474.084)</b>	<b>(7.528)</b>	<b>(481.612)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(199.677)	(4.705)	(204.382)
Provisão para Contribuição Social	(161.142)	(2.823)	(163.965)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>725.503</b>	<b>11.515</b>	<b>737.018</b>
<b>Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) – em R\$</b>	<b>8,400</b>	<b>0,133</b>	<b>8,533</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.182.021</b>	<b>30.858</b>	<b>4.212.879</b>
<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>11.592</b>	<b>2.387</b>	<b>13.979</b>
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>-</b>	<b>28.471</b>	<b>28.471</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>725.503</b>	<b>11.515</b>	<b>737.018</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(29.146)	19.043	(10.103)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>2.190.942</b>	<b>(7.528)</b>	<b>2.183.414</b>
Outras Obrigações	1.756.761	7.528	1.764.289

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Retenções</b>	<b>(29.146)</b>	<b>19.043</b>	<b>(10.103)</b>
<b>Depreciação, Amortização e Exaustão</b>	<b>(29.146)</b>	<b>19.043</b>	<b>(10.103)</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.054.460</b>	<b>7.528</b>	<b>1.061.988</b>
Federais	1.016.613	7.528	1.024.141
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>725.503</b>	<b>11.515</b>	<b>737.018</b>
<b>LUCROS RETIDOS NO PERÍODO</b>	<b>539.374</b>	<b>11.515</b>	<b>550.889</b>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Lucro Líquido</b>	<b>725.503</b>	<b>11.515</b>	<b>737.018</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(99.831)</b>	<b>(133)</b>	<b>(99.964)</b>
Realização de Reserva de Reavaliação	322	(145)	177
Efeito Tributário sobre a Realização de Reserva de Reavaliação	(145)	12	(133)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>625.672</b>	<b>(11.382)</b>	<b>637.054</b>

#### 10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, de 05 de fevereiro de 2018, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, foi emitido sem ressalva ou ênfase, nos Pareceres de 12 de março de 2019 e 12 de fevereiro de 2020, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 e de 2019, respectivamente, há



parágrafo de ênfase em função da reapresentação de valores das Demonstrações Financeiras de 2017 e de 2018, em obediência ao CPC nº 23, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**10.5. Políticas contábeis críticas adotadas, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC25–Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

## Resumo das Principais Práticas Contábeis

### a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico. Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

### b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência, e considerando o critério "pro rata temporis".

### c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

### e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

### f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados

pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.;  
e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo defluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

#### **g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)**

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

#### ***Hedge Accounting***

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

#### **h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

#### **i) Despesas Antecipadas**

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

#### **j) Permanente**

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

#### **k) Tributos**

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A Emenda Constitucional nº 103/2019 elevou a alíquota da CSLL para 20%, a partir de 01.03.2020. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no período de realização destes ativos. No Ativo, os créditos tributários são registrados em "Outros créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen nº 3.171/2002. No caso dos Passivos Fiscais

Diferidos, a legislação societária não estabeleceu critérios para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430/1996;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996: cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: previsão da apropriação das despesas de depreciação.

Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

#### **l) Benefícios a Empregados**

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

#### **m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

#### **n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)**

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

#### **o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

#### **p) Dívidas Subordinadas**

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

#### **q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

#### **r) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

### **s) Resultado por Ação**

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

#### **10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:**

- a. os ativos e passivos detidos, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
  - iv. contratos de construção não terminada**
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

#### **10. 7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicados no item 10.6:**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em decorrência da operação**

Como informado no item 10.6 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados, e, como consequência, não há o que se comentar.

#### **10. 8. Principais elementos do plano de negócios:**

##### **a. investimentos, incluindo:**

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Diante do que sugere o item, cumpre esclarecer que os investimentos realizados pelo Banco do Nordeste estão inseridos no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), enquadrando-se nos programas e ações conforme detalhamos a seguir:

- Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais - Ação 4106 - Manutenção da infraestrutura de atendimento

Esta ação contempla as intervenções realizadas nas unidades do Banco (prédios próprios), dentro do escopo do Projeto de Modernização de Agências, o qual prevê intervenções nos sistemas de instalações elétricas, iluminação, cabeamento estruturado, condicionamento de ar, segurança predial, instalações hidrossanitárias, acabamentos e revestimentos, coberta, áreas externas, fachadas, leiaute, mobiliário, comunicação visual e ambientação.



Foram realizadas em 2019 intervenções de pequeno, médio e grande porte em diversas Unidades do BNB, conforme se segue:

- Reformas parciais nas agências de Jaguaribe e Iguatu – CE;
- Reforma geral da agência de Codó – MA;
- Mudança das agências Salvador Costa Azul – BA e São Luis Calhau - MA para novas instalações;
- Elaboração de projetos e execução serviços de instalação / atualização de sistemas de proteção contra incêndio em 20 agências;
- Execução de ajustes de acessibilidade e intervenções de leiaute voltadas à melhoria das condições de segurança em 15 Unidades;
- Execução de ajustes de leiaute para ampliação dos ambientes de autoatendimento em 20 Unidades;
- Intervenções de pequeno porte para atendimento de necessidades gerais e específicas da infraestrutura predial em 30 Unidades;

O Banco do Nordeste atende os 1.990 municípios de sua área de atuação (região Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo) por meio de 292 agências bancárias e 685 unidades e postos de microcrédito urbano e rural, conforme tabela abaixo:

Pontos de atendimento físico do Banco do Nordeste, Dez/2019

UF	Agências	Unidades de microcrédito	Total de pontos	Municípios atendidos
Alagoas	17	33	50	102
Bahia	59	123	182	417
Ceará	45	169	214	184
Espírito Santo	5	6	11	28
Maranhão	29	69	98	217
Minas Gerais	19	39	58	168
Paraíba	20	53	73	223
Pernambuco	40	60	100	185
Piauí	20	60	80	224
Rio Grande do Norte	21	41	62	167
Sergipe	17	32	49	75
<b>Total</b>	<b>292</b>	<b>685</b>	<b>977</b>	<b>1990</b>

- Programa 0807- Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio – Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Contempla as intervenções realizadas nos prédios da Direção Geral, não ocupados por agências.

Destacam-se nesse quesito a realização de diversos ajustes no leiaute da Direção Geral, localizada na cidade de Fortaleza (Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas - CAPGV) e demais unidades de suporte e apoio localizadas na área de atuação do Banco, resultantes de alterações na estrutura organizacional de vários órgãos, além de outras intervenções significativas, conforme se segue:

- Mudança para novas instalações dos escritórios da Superintendência Estadual do Maranhão, Superintendência Estadual da Bahia, e das Gerências de Reestruturação de Ativos, Gerências de Contencioso e Assessoria Jurídica, Gerências Estaduais do Agroamigo e Crediamigo e Centrais de Crédito e Suporte Técnico dos estados do Maranhão e Bahia;

- Ajustes e adaptações de leiaute realizados em 9 blocos do CAPGV, contemplando diversas Unidades;
  - Reforma geral da cozinha do restaurante do CAPGV;
  - Contratação da obra de implantação do novo Site Secundário do Banco do Nordeste, no CAPGV.
- Programa 0807- Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio – Ação 4102- Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos (Direção Geral)

Esta ação corresponde aos investimentos em móveis e equipamentos, veículos e comunicações para a Direção Geral. No âmbito da Logística, contempla a disponibilização e substituição de equipamentos tais como elevadores, plataformas elevatórias, grupos geradores, no breaks, estabilizadores e sistemas de ar condicionado.

Nesse sentido foram adquiridos 133 equipamentos para sistemas de ar condicionado, com vistas à modernização do parque de equipamentos em utilização nas diversas agências do Banco, sendo 100 desses equipamentos do tipo central ou “fan coil”. É de se destacar a instalação de usina geradora de energia fotovoltaica no CAPGV, com geração estimada da ordem de 16.000 kWh/mês.

- Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais - Ação 3252 – Instalação de pontos de atendimento bancário

Corresponde à instalação de novas agências e pontos de atendimento. Não ocorreu instalação de novas agências em 2019.

A Superintendência de TI conduziu vários projetos de sistemas aplicativos, de infraestrutura de TI e governança, visando ampliar e aprimorar o ambiente computacional que suporta o crescimento dos negócios do Banco do Nordeste e, ainda, atender a determinações legais (*compliance*). Com isto, o BNB continua a investir na sua transformação digital, tornando-se a cada ano uma empresa mais tecnologicamente moderna. A seguir, alguns projetos de TI que foram concluídos em 2019:

- BNB Digital – Cadastro e Conta: Evolução do sistema, que passou a permitir uma maior agilidade nas operações de autoatendimento e mobilidade aos clientes;
- Microcrédito: Evolução e expansão dos sistemas S344 (Crediamigo) e S476 (Agroamigo) para todas as unidades do Banco, melhorando a sua qualidade e tornando-os mais estáveis;
- Plataforma de Cobrança: Implantação da nova plataforma de cobrança centralizada via CIP, provendo maior segurança às transações;
- PCE FASE I: Melhorias no atual processo de concessão de crédito, fornecendo uma maior celeridade, um melhor acompanhamento e a diminuição do risco de provisões;
- Notas Contágio: Nova classificação de risco das operações e propostas de abertura de crédito no SINC, em conformidade aos preceitos da Resolução BACEN 2682/99;
- Contabilizações de Provisões no S702: Eliminação do processo manual de registro de provisões e consolidação dos processos jurídicos. Com este novo módulo, R\$ 65 milhões já foram provisionados;
- SEDE Eletrônico: Melhorias no processamento e na segurança das informações contábeis, além de atendimento à demanda regulatória do BACEN;

- Plataforma Vai e Vem: Possibilidade dos funcionários se candidatarem à transferência para outra unidade do Banco em que desejem trabalhar;
- Automação de Editais - ELEDCON: Automação do processo de elaboração de editais e instrumentos contratuais, garantindo uma maior agilidade;
- BNB Digital – Concessão Digital: Possibilita que o cliente MPE, através do *Internet Banking*, solicite crédito de até R\$ 50.000,00 nos programas “Giro Digital FNE” e “Giro Digital Simples”;
- Agroamigo: Implementação de novas funcionalidades no módulo web e mobile;
- Gestão de Controles de Garantia: Melhoria do monitoramento das garantias oferecidas às operações de crédito;
- Self Service BI para Escritório Digital: Acompanhamento das Carteiras de Clientes;
- Painel de Controle das Impressões: Permite que os gestores identifiquem possíveis desperdícios de impressões;
- Sistema de Informações Fiscais: Geração das informações relacionadas aos Tributos Federais Próprios do Banco (IRPJ/CSLL) no que se referem às Perdas de Operações de Crédito (Lei 9.430/96) e Ativos e Passivos Fiscais Diferidos para fins de composição das bases que irão apurar os tributos correntes e diferidos a serem contabilizados em cada balancete mensal, permitindo, ainda, uma melhor integridade dos dados e redução de riscos operacionais;
- Monitoramento do S400: Aprimoramento da monitoração de indicadores do Ambiente de Gestão de Cadastro de Cliente;
- eSOCIAL: Padronização de informações e atendimento ao Decreto Presidencial 8.373, de 11/12/2014;
- Self Service BI para Crediamigo e Agroamigo: Disponibilização para as Gerências Estaduais do acesso a *dashboards* de acompanhamento das carteiras de clientes;
- Autorizador Central: Solução centralizada que aumentou sobremaneira a disponibilidade de autorização de transações para os canais externos e agências;
- Gestão e Avaliação da Carteira de Clientes: Agilidade e segurança nos relatórios e avaliações das carteiras de cliente, integração com o sistema de rentabilidade de clientes e melhoria da *performance* geral da carteira de clientes;
- Evolução do Sistema de Controles Internos: Inclusão de produtos e processos e novas integrações com outros sistemas para que se torne uma ferramenta única de Controles Internos, disponibilizando acesso a todos os envolvidos no processo, extinguindo a existência de ferramentas paralelas;
- Centralização dos Servidores de Agências: Redução de falhas de replicação de dados;

- Servidores Blades: Aumento de disponibilidade dos sistemas e elevação da capacidade de recursos computacionais visando o crescimento dos negócios do Banco;
- Abordagem Ágil: Realização de alguns projetos pilotos utilizando a abordagem ágil, visando aumentar o envolvimento dos usuários no atendimento de demandas, minimizar impactos decorrentes das mudanças de escopo e melhorar a qualidade das entregas dos projetos;
- SD-WAN: Implantação da SD-WAN, aumentando a disponibilidade dos sistemas que auxiliam os negócios do BNB, garantindo uma maior segurança aos dados e uma elevação da velocidade da comunicação;
- Gerenciamento de Contratos: Redução do esforço das atividades.

Outras importantes soluções estão em pleno desenvolvimento, gerando entregas parciais que já possibilitam a melhoria de processos da Instituição, o atendimento a determinações legais e o incremento dos negócios do Banco, todas relacionadas com o investimento contínuo na transformação digital da instituição. Dentre os projetos de maior envergadura nessa categoria, é possível destacar:

- Assinatura Eletrônica: Prover serviços de assinatura digital vinculados ao sistema GED, em diversos canais, de forma que os documentos de arquivos do Banco possam ser assinados de maneira ágil e sem a necessidade do uso do papel.
- Pagamento Instantâneo: Atender determinação do BACEN para implementação de solução de pagamento instantâneo, com liquidação em tempo real. O modelo prevê o desenvolvimento de um ecossistema que permita a transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e governo sem restrição de horário, origem ou destino dos recursos, mesmo que a operação ocorra em dia não útil. Os pagamentos serão feitos via QR CODE, em tempo real.
- Open Banking: Atender determinação do BACEN para implementação do Sistema Financeiro Aberto (Open Banking). Essa iniciativa tem como objetivo aumentar a eficiência no mercado de crédito e de pagamentos no Brasil, mediante a promoção de ambiente de negócio mais inclusivo e competitivo.
- SEAP 3.0: Substituição do SEAP e de planilhas de apresentação de planos e projetos por um aplicativo web;
- Novo SIAT: Desenvolvimento de Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos para gerir o acompanhamento de empreendimentos financiados pelo Banco (ou em fase de estudo), apoiando a avaliação de bens, vistorias, assessoria empresarial e técnica, diagnósticos, inspeções e pareceres técnicos;
- PCE – Fase II: Expansão do escopo do PCE com a incorporação das tarefas do S522-Concessão e do Módulo de Desembolso;
- Agroamigo TECH: Incorporação de soluções digitais ao sistema S476-Agroamigo;
- SERAP – Serviço de Recebíveis de Arranjos de Pagamento: Implementação de serviço para comunicar a existência de operações de crédito com garantia de recebíveis de cartões;
- Projeto Cartão BNB 2.0: Continuidade do Projeto FNE (Cartão 1.0), abrangendo a implantação e criação do Cartão Custeio, Desembolso e Cartão Agroindústria;

- Sistema para Controle dos Seguros Obrigatórios: Melhorias no processo de controle dos seguros obrigatórios dos bens dados em garantia de operações de crédito;
- Guarda e Inventário de Instrumentos de Crédito – IC: Automação da guarda e inventário de instrumentos de Crédito (IC);
- S134 - Gerenciamento de TEDs: Reformulação do processo de controle das TEDs enviadas/recebidas;
- S283 - Modernização do Sistema de Seguros: Centralização das bases de dados e modernização tecnológica;
- S420 - Centralização da Cobrança de Tarifas: Centralização das bases de tarifas e modernização do processo de cobrança;
- Correspondentes Bancários: Integração com os correspondentes bancários (Pagfácil e Mais Você) no intuito de realizar transações de saque (desembolso), Saldo e pagamentos (reembolso), incluindo nestas operações regras de controle, segurança, contabilização e contestação;
- Middleware RSFN: Troca de informações (mensagens) utilizando a Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN) junto ao Banco Central;
- Ferramenta de Gestão de Riscos de Mercado: Aquisição de uma solução para gestão integrada e modelagem dos riscos de mercado, capital e liquidez;
- S492 - Evolução: Correções e implementação de novas funcionalidades em decorrência de recomendações da Auditoria Interna;
- Data Mart do Sistema de Controle de Processos Jurídicos: Extração de informações do sistema S702 (Controle de Processos Jurídicos), de maneira célere e inteligente, reduzindo as intervenções manuais na formatação de diversos relatórios estatísticos e gerenciais produzidos pelo Ambiente de Controle e Coordenação Jurídico;
- SAC 3.0 - Aquisição de Ferramenta Omnichannel: Contratação de licenciamento de uso de software para Contact Center, com entradas por multicanais de atendimento (telefone, chat, redes sociais, e-mail, fale conosco, SMS, mensageiros instantâneos, fax, carta e presencial);
- Data Mart de Rentabilidade de Clientes: Implementações restantes a serem realizadas no Data Mart de Rentabilidade de Clientes;
- Serviços de “Self Service BI”: Implementação da estratégia de Self Service BI (*Business Intelligence*) através da adição da Plataforma de Dados da Microsoft -MS SQL Server 2016;
- Sistema de Colegiados Estatutários: Aquisição de solução para atender, entre outros requisitos, a convocação e a realização de reuniões, a organização e disponibilização de informações (documentos, planilhas, gráficos, imagens etc.), a facilidade de interação e a melhoria de desempenho das funções dos membros dos colegiados e seus assessores;
- Programa de Ação 2.0: Desenvolvimento do sistema de Programa de Ação e Avaliação de Performance em nova plataforma arquitetural, com linguagem de programação moderna para melhorar a manutenibilidade e parametrização do sistema, além de resolver problemas técnicos do sistema e implementar o desdobramento de metas;
- Sistema Integrado de Auditoria: Solução para automação das atividades de Auditoria, na plataforma WEB;

- Sistema de Gestão de Patrocínio: Desenvolvimento de software para apoiar a gestão dos patrocínios do BNB, desde o cadastro das propostas até o acompanhamento das contrapartidas;
- Contratação de Solução de Nuvem Privada: Solução de gerenciamento de nuvem privada, visando a utilização de recursos computacionais internos em condições ótimas e integração desses recursos com infraestrutura, plataforma e serviços externos;
- Modernização de Switches: Modernização do parque de switches de rede local das Unidades Distribuídas;
- Evolução do Site Secundário: Estruturação do site secundário do Banco do Nordeste, visando assegurar disponibilidade de 24x7 para os serviços de TI;
- Contratação do Storage Mainframe: Aquisição da nova solução de armazenamento para plataforma alta;
- Contratação do CORE-SDN: Aquisição da nova solução de CORE, Datacenter, distribuição e acesso à rede do CAPGV;
- Contratação da Nova Solução de Backup: Prospecção e atualização da atual solução de backup;
- Solução para Gerenciamento dos Postos do Crediamigo: Substituição dos serviços de gerenciamento de rede e segurança nos Postos do Crediamigo, também conhecida como solução UTM;
- Provimento de Nuvem Pública: Aquisição de infraestrutura de nuvem pública destinada aos ambientes computacionais de desenvolvimento e testes do Banco do Nordeste;
- Arquitetura Empresarial Baseada em Microsserviços e Devops: Avanço tecnológico visando aumentar a quantidade de entregas de sistemas em produção, diminuir os prazos de entrega de sistemas em produção e construir produtos alinhados com o processo de “digitalização bancária”;
- Modernização dos Sistemas Administrativos: Projeto estratégico vinculado à Superintendência de TI com o objetivo de identificar fornecedores e preparar processos de contratação de: Sistema Integrado de Gestão, ERP de Recursos Humanos e Consultoria para implantação das soluções anteriores. Ressalte-se, que as implantações farão parte de escopo de outro projeto a ser definido;
- Implantação da Ferramenta de Gestão de Demandas e Projetos: Implantação dos fluxos de Gestão de Demandas, Projetos e Portfólios na ferramenta CA PPM, em substituição ao ClearQuest.

Por fim, vale ressaltar que o Banco do Nordeste avalia periodicamente o seu portfólio de projetos de TI, principalmente quando há mudanças de cenários externos ou internos, como por exemplo, no surgimento de novos projetos, realizando o seu balanceamento, bem como a repriorização dos projetos.

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos realizados em 2019 tiveram como fonte de financiamento recursos próprios da instituição.

## **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Em 2019 foram alienados 13 imóveis de propriedade do Banco, com recuperação de capitais empatados da ordem de R\$ 19,4 milhões, representando cerca de 50% da carteira de bens não de uso próprio.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva**

Não existem itens relevantes a serem apresentados, e, como consequência, não há o que se comentar.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

O Banco do Nordeste continuamente realiza investimentos no desenvolvimento e melhoria de seus produtos e serviços.

As propostas de criação e melhoria de produtos e serviços são submetidas pelas áreas proponentes à análise do Comitê de Produtos. Ao serem apreciadas pelo Comitê, as propostas são avaliadas de acordo com vários aspectos, como por exemplo: adequação às práticas de mercado, grau de atratividade e consequente adesão do cliente ao produto, viabilidade financeira, riscos de crédito, mercado e liquidez, impacto sobre os sistemas do Banco e riscos relativos à segurança da informação.

**10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens**

A consistência da base contábil do Banco é feita por meio de processos centralizados e descentralizados de conciliação dos saldos dos sistemas com os saldos contábeis.

O Banco conta com um Sistema Integrado de Contabilidade que consolida todos os lançamentos e saldos das rubricas contábeis, permitindo a consistência da base contábil e a geração dos relatórios legais e gerenciais devidamente conciliados. Os eventos contábeis são registrados por meio do sistema de um Sistema de Entrada de Dados por Eventos que realiza a integração entre os diversos sistemas comerciais e administrativos do Banco com o Sistema Integrado de Contabilidade.

Além disso, são adotados procedimentos que permitem monitorar os saldos contábeis patrimoniais e de resultado, dentre os quais destacamos:

1) Cronograma de Elaboração de documentos a serem remetidos ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e divulgados, visando garantir que todas as etapas da elaboração de demonstrações financeiras sejam devidamente cumpridas, especialmente, quando o processo ocorre de forma semiautomática.

2) Processo de identificação dos fatos contábeis mais relevantes em cada conta que compõe a apuração do resultado de cada mês, de forma antecipada ao encerramento das demonstrações, permitindo a correção de eventuais inconsistências contábeis.

3) Orientações contábeis periódicas sobre temática contábil, abrangendo regularização de ocorrências contábeis, observância do Regime de competência mensal e conciliação contábil e gerencial.

Esses instrumentos estabelecem normas, procedimentos e rotinas para elaboração e encerramento dos relatórios contábeis e gerenciais, objetivando a correta elaboração e acompanhamento das informações contábeis, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação societária e normas dos órgãos reguladores, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários. A normatização interna permite melhor disseminação das atividades e documentação dos procedimentos aplicados aos processos de registros contábeis, apuração de resultados, geração de demonstrativos legais e gerenciais.

Os procedimentos internos para elaboração dos relatórios contábeis e gerenciais são normatizados abrangendo as Normas Contábeis do Sistema Financeiro Nacional (BRGAAP) e às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS/IAS).

Orientações procedimentais sobre escrituração de fatos contábeis, manutenção e atualização do Plano de Contas, bem como registros de movimentação financeira de recursos entre as unidades do Banco e apropriação de receitas e despesas, encontram-se disciplinados nos manuais contábeis de acesso a todo o corpo funcional, definindo os objetivos e as características funcionais dos sistemas contábeis. Dispõe ainda sobre a estrutura, preenchimento, processamento e prazos para a remessa das informações periódicas aos diversos órgãos externos tais como BACEN, CVM e BNDES. Disciplina os procedimentos práticos que são observados para o correto registro contábil de atos e fatos relacionados às atividades do Banco, tais como classificação, reconhecimento, mensuração e baixa de produtos e serviços, assim como divulgação de relatórios financeiros em consonância com o Padrão Contábil Internacional-IFRS.

Os sistemas de suporte às atividades da contabilidade são: Sistema Integrado de Contabilidade; Sistema de Entrada de Dados por Eventos - SEDE; Sistema de Conciliação de Contas; e Sistema de Demonstrações Financeiras.

Dentre os objetivos do Sistema Integrado de Contabilidade destacam-se:

1. Realização da integração entre os diversos sistemas informatizados do Banco, formando uma base de dados única, com os movimentos contábeis por eles gerados, o que permite exercer o controle e gerenciamento dos recursos colocados à disposição do Banco, pelo registro dos eventos financeiros, patrimoniais e administrativos;



2. Geração da base de dados para o Sistema de Demonstrações Financeiras elaborando os demonstrativos contábeis e demais informações requeridas pelo Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários;

3. Disponibilização de saldos contábeis para o Sistema de Conciliação de Contas, base para o processo de conciliação de contas e regularização de ocorrências contábeis;

4. Gerenciamento de rubricas de caráter transitório, com acompanhamento e cobrança de pendências, contribuindo para a melhoria dos controles internos realizados;

5. Geração de dados e informações contábeis e financeiras, dentro de parâmetros confiáveis, para tomada de decisão pelos Administradores do Banco; e

6. Armazenamento e disponibilização, para consulta on-line ou via relatórios/arquivos, de partidas contábeis, fichas de escrituração, balancetes diários, balancete consolidado, relatórios de ocorrências e outros documentos da contabilidade do Banco.

Quanto ao Sistema de Entrada de Dados por Eventos, tem-se o cumprimento dos principais objetivos:

1. Centralizar as atualizações/alterações no Plano de Contas e nos esquemas contábeis utilizados na contabilização do Banco;

2. Promover a integração com os diversos sistemas do Banco para viabilizar o recebimento dos movimentos contábeis, em forma de eventos, de modo que, havendo alterações de ordem contábil, essas alterações não impliquem em manutenção nos sistemas integrados;

3. Fornecer aos administradores do BNB uma base de dados para a tomada de decisão, mediante geração de relatórios gerenciais.

Por sua vez, o Sistema de Conciliação de Contas permite a análise e adoção de providências para a consistência da base de dados da contabilidade e a conciliação diária das diversas rubricas contábeis.

O Sistema de Demonstrações Financeiras permite, dentre outros, a geração de demonstrativos contábeis para publicações legais e envio aos órgãos de controle externo (BACEN, CVM, Receita Federal do Brasil, etc.), emissão de relatórios gerenciais para análise de variação de rubricas contábeis, consultas de saldos e demais informações que dão suporte a tomada de decisões pelos órgãos de administração e de gestão.

Destaque-se que a Auditoria Interna do Banco do Nordeste, por força do Artigo 9º, item III, § 3º, inciso II, da Lei 13.303, de 30/06/2016, realiza avaliação sistemática dos procedimentos e das regras de contabilização, conciliações, integridade das informações, geração dos informes para encaminhamento aos órgãos reguladores, demonstrações financeiras e notas explicativas, com ênfase nos riscos inerentes e aos controles mitigadores adotados pelo Banco.

**DIRETORIA:** Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior (Diretor Financeiro e de Crédito) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)